

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REGULATÓRIAS**

CELESC GERAÇÃO S.A. – CELESC G

Subsidiária Integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc

CNPJ

08.336.804/0001-78

NIRE

42.3.0003076-4

Inscrição Estadual

255.267.177

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo com todos os desafios impostos pela pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, a Celesc Geração S.A. – Celesc G pode seguir firme com seus principais objetivos no ano de 2020.

No ano, a Empresa prosseguiu com seus investimentos em ampliação, automação e melhoria das usinas que compõem o parque próprio e no desenvolvimento de importantes projetos alinhados com as diretrizes do Plano Diretor do Grupo Celesc.

As obras de ampliação da PCH Celso Ramos, iniciadas em 2019, permaneceram em continuidade em 2020. A usina está localizada no município de Faxinal dos Guedes, sendo que o projeto de ampliação prevê incremento de 8,3 MW em sua capacidade instalada, totalizando 13,92 MW de potência total, com um montante estimado de R\$ 40 milhões. Ao final do ano, o projeto contava com mais de 80% de avanço físico.

Além das obras da PCH Celso Ramos, a Empresa manteve as tratativas junto ao órgão ambiental visando a reativação da Usina Maruim, uma das mais antigas usinas do país – inaugurada em 1910, mas que foi desativada em 1972. Localizada no município de São José/SC, possui uma arquitetura inglesa característica do início do século 20 a qual foi tombada como patrimônio histórico cultural e natural em 2005 pelo decreto municipal nº 18.707. Também tramitou junto ao IMA/SC, o processo de licenciamento ambiental para ampliação da Usina Salto Weissbach, que se configura na maior ampliação prevista dentre as usinas do parque próprio. Localizada em Blumenau, com potência de 6,28 MW, a usina opera desde 1914 e terá sua capacidade instalada acrescida em 23,0 MW.

Ainda no segmento de ampliações de usinas, a Empresa obteve, em 2020, aprovação junto à ANEEL do estudo de inventário do Rio Caveiras, localizado no Planalto Serrano Catarinense, visando a implantação do projeto de ampliação da CGH Caveiras, sendo o próximo passo a consolidação do projeto básico e respectiva submissão à aprovação do órgão regulador.

Ainda com o foco no parque próprio de geração, a Empresa tem direcionado investimentos para a eficiência de seus ativos, por meio da automação e retrofit das usinas. Esse processo foi iniciado em 2014, sendo reforçado a partir da renovação das concessões em 2016. Em 2020 a Celesc G concluiu a automação da Usina Cedros e contratou o projeto de automação da Usina Palmeiras, ambas localizadas no município de Rio dos Cedros/SC, sendo que o projeto da Usina Palmeiras está previsto para ser concluído em 2021.

A Empresa já realiza a operação remota das suas usinas a partir do Centro de Operação da Geração – COG, sendo que em 2020 realizou um importante investimento com a implantação de um novo sistema supervisor, garantindo maior eficiência na gestão da operação do parque gerador. As novas automações visam ampliar a eficiência e dar maior confiabilidade à operação pelo COG.

Outros investimentos de melhoria e manutenção foram realizados ao longo de 2020, visando o perfeito desempenho das usinas. Neste sentido, cumpre-nos destacar que o processo de fiscalização de barragens, iniciado em 2019 pela ANEEL, foi concluído em 2020 por meio dos respectivos termos de arquivamento, os quais atestaram que a Empresa está em conformidade com a legislação vigente, reforçando o compromisso da Empresa com o desempenho operacional de seus ativos de geração, bem como a segurança de suas operações.

No segmento de transmissão de energia, em 2020 a EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada entre EDP Energias do Brasil e Celesc G a partir do êxito no leilão no 005/2016 ANEEL de 2017, deu continuidade às obras de implantação do Lote 21, projeto que cruza 29 municípios catarinenses e que reforçará o sistema de Alta Tensão no estado, viabilizando nova conexão com o Sistema Interligado Nacional. O investimento é da ordem de R\$1,1 bilhão

Destaca-se também em 2020, o desenvolvimento de estudos em geração distribuída, comercialização de energia e em transmissão de energia, direcionamento dado pelo novo Plano Diretor do Grupo Celesc, o qual foi revisado em 2019.

Como resultado das ações e investimentos desenvolvidos, a Celesc G vem mantendo o histórico de desempenho econômico-financeiro positivo. Neste ano, a Empresa comercializou o montante de 670,5 GWh, volume 3,16% menor que 2019 influenciado principalmente por uma ligeira redução do GSF ao longo do ano, e da diminuição do volume de energia comprada para revenda. O faturamento global foi de R\$159,8 milhões, montante 3,3% superior em relação ao exercício anterior. Destaque, ainda, para o Lucro Líquido de R\$69 milhões, com Margem Líquida de 48,59%, e o EBITDA que ficou 14,6% acima do realizado em 2019, fechando o ano em R\$102,7 milhões.

Tais resultados convergem com a diretriz estratégica da Companhia, a qual visa sobretudo a maximização de sua eficiência operacional, gerando valor de forma sustentável e com flexibilidade para atuação frente ao dinamismo do mercado.

Cleicio Poletto Martins
Diretor Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Senhor Acionista,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas, pela Administração, de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Esse relatório está à disposição para acesso público no Website da Celesc.

2. PERFIL EMPRESARIAL

Em 29 de setembro de 2006, foi constituída a Celesc G, sociedade anônima de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual no 13.570/2005. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de geração foi repassada pela Celesc à Celesc G.

A Celesc G é subsidiária integral da Celesc e atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Celesc G possuía um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Ainda no segmento de geração, a Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial foi de 118,21 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

2.1. Parque Gerador Próprio

2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Parque Gerador Próprio – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
Total			106,97	67,19	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016)

(**) Não se aplica

2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir na ampliação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas a seguir apresentam os empreendimentos em desenvolvimento e os respectivos estágios.

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a meta é a de obter, em média, 55% de fator de capacidade, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Obras em execução
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	(**)	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	10,00	13,83	(**)	Revisão de Projeto Básico
Total			48,73	47,55	96,28		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão

(**) Depende de trâmites regulatórios

Parque Gerador com Participação Minoritária – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc Geração. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

a) Fator de Ajuste da Generation Scaling Factor – GSF

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste GSF ou provenientes de outros processos judiciais.

Em 9 de setembro do corrente ano, foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que regulamenta o risco hidrológico (GSF), estabelecendo compensações às hidrelétricas participantes do MRE que foram impactadas, mediante a extensão do prazo de outorga. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 1º.12.2020, foi editada a Resolução Normativa ANEEL nº 895, que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Principais destaques da resolução:

a) Inclusão da parcela livre (30% da GF) das usinas relicitadas em dezembro de 2015. Na parcela cativa que virou cotas (70%), o risco é do consumidor. Contribuição dos agentes, inclusive da Celesc G, para esse pleito ser atendido, pois inicialmente não estava contemplada na minuta inicial da resolução;

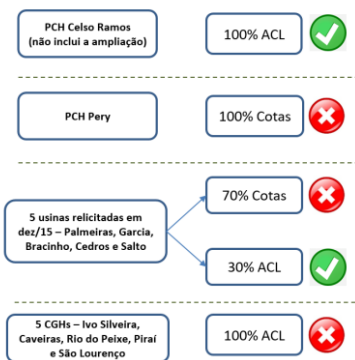
b) As CGHs não foram contempladas na proposta por operarem em regime de autorização e não de concessão, ou seja, não tem prazo de término;

c) Possibilidade de aceitação da proposta por empreendimento, e não mais por grupo econômico como foi na 1ª repactuação.

Ao estender o prazo de concessão das usinas geradoras hidrelétricas, uma vez que as mesmas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o poder concedente compensa às geradoras cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos advindos das parcelas de risco não hidrológico, impactados na formação do GSF, a partir de 2013.

A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente, possui os critérios indicados pela norma CPC 04 (R1) – Ativo Intangível de reconhecimento do intangível. O ativo é reconhecido ao custo no grupo de intangíveis, assim que deliberado pela ANEEL e devidamente aceito por cada usina, e com vida útil igual ao novo prazo de concessão, sendo sua amortização linear.

Em 31 de dezembro de 2020, as usinas do parque gerador próprio, encontram-se na seguinte situação de contemplação da Lei nº 14.052/2020:



A Celesc G aguarda os valores e o prazo de extensão de suas Usinas e os impactos, considerando eventual desistência da ação judicial, requisito para obtenção da compensação. Nesse contexto, a Administração está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.2. Empreendimentos de Transmissão

2.2.1. Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC S.A., que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e Planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o contrato de concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de Linhas de Transmissão e uma Subestação, conforme segue:

Descrição	Origem	Destino	Circuito	Extensão (km)	Tensão (KV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	Simples	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	Duplo	209	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	Simples	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	Duplo	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	Simples	27,8	230
Total				433,1	
SUBESTAÇÃO	SE Siderópolis 2				525/230

As licenças ambientais de instalação de um trecho e da subestação foram emitidas no início de 2019 e a licença para os quatro trechos restantes foi emitida ao final do ano. As obras foram iniciadas *pari passu* à emissão das licenças.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

3. NOVOS NEGÓCIOS E PARCERIAS

Os investimentos em SPEs totalizaram R\$10,4 milhões em 2020 sendo aplicados R\$10,0 milhões na EDP Transmissão Aliança para continuidade das obras e R\$0,4 milhões na Garça Branca Energética S.A., para suprimento de caixa e término de pagamentos do período de obras.

Embora tenha suspenso as obras temporariamente em 2020 por conta da pandemia do COVID-19 e dos decretos municipais referentes aos municípios onde o projeto está sendo implantando, a EDP Transmissão Aliança SC pode manter o andamento de algumas frentes de trabalho. O empreendimento possui entrada prevista em operação comercial para agosto de 2022 e ainda mantém perspectivas de antecipação.

Ainda em relação ao empreendimento EDP Transmissão Aliança SC, o reforço do sistema de transmissão na subestação Siderópolis 2, solicitado pela ANEEL em 2019, será executado em 2021 juntamente com as obras de implantação do projeto, no qual a Celesc G possui 10% de participação.

A tabela a seguir traz o resumo e a evolução dos investimentos realizados no ano:

Descrição	4º Trimestre			Acumulado 12 Meses		
	2019	2020	Variação	2019	2020	Variação
Investimentos em R\$Milhões	8,77	10,2	16,00%	11,4	41,4	263,50%
Investimentos em SPEs	0,39	0,07	-81,30%	1,48	10,4	602,10%
Usinas Parque Gerador Próprio	8,38	10,1	20,50%	9,92	31,1	213,10%

4. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.1. Projeto Sistema de Informações Geográficas – SIG

Os dados espaciais das temáticas ambientais e do patrimônio imobiliário da Celesc G estão disponíveis em um banco interno de dados, que permite a pesquisa, conforme necessidade. Tal banco engloba as seguintes temáticas: (i) Gestão Patrimonial, (ii) Atendimento a Resolução nº 501, de 24 de julho de 2012 da ANEEL, (iii) Meio Ambiente. Os dados estão segregados de acordo com as 12 Usinas pertencentes à Celesc G. Com essa solução técnica tornou-se mais fácil a gestão e o controle, bem como os padrões de mapeamento das áreas vinculadas às concessões de Usinas hidrelétricas.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Cenário Hidrológico

Em 2020, a Celesc G fechou o indicador de Disponibilidade da Potência do seu Parque Gerador de forma positiva, com destaque para a redução das paradas de manutenção em 2,15% do Parque Gerador e acréscimo das paradas para realizar investimento em 0,99% do Parque Gerador.

Na somatória dos indicadores de indisponibilidade por manutenção, investimento e da distribuidora (saída da energia para o sistema interligado), a Celesc G fechou o ano de 2020 com um acréscimo de disponibilidade da sua potência em 0,94% possibilitando maior produção de energia. Porém, apesar de ter possibilitado maior produção de energia, o resultado da geração do ano foi inferior a 2019 por conta da restrição hídrica, resultando que seus geradores ficaram parados por falta de água 41,16% em média.

Desempenho Operacional	2019	2020	Variação %
Indisponibilidade Manutenção:	9,36%	7,21%	↓ 22,97%
Indisponibilidade Investimento:	4,02%	5,01%	↑ 124,63%
Indisponibilidade Distribuidora:	0,27%	0,49%	↑ 181,48%
Indisponibilidade Hídrica:	25,82%	41,16%	↑ 159,41%

Destacamos ainda que o resultado dos indicadores são valores médios que foram ponderados pela Potência total do Parque Gerador e que a restrição hídrica ou indisponibilidade por manutenção momentânea em determinada usina não necessariamente se aplica a todo

o Parque Gerador naquele instante.

O fator de capacidade global em 2020 representou uma variação de 36,98% abaixo do verificado de 2019.

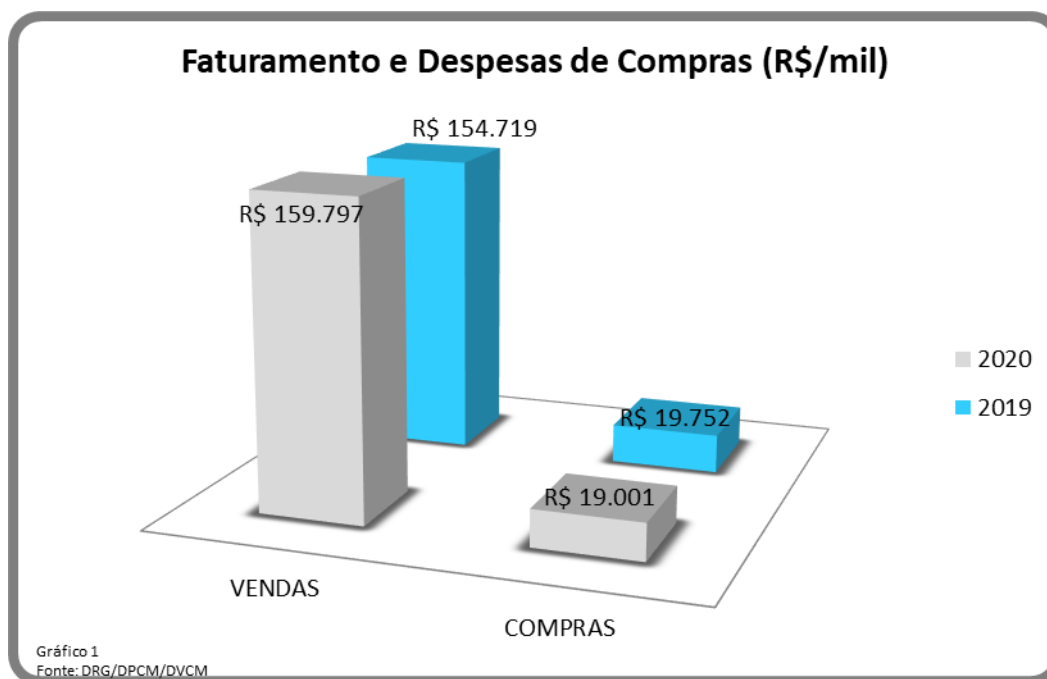
Produção de Energia do Parque Gerador Desempenho Operacional em GWh						
Usinas	4º Trimestre			Acumulado 12 meses		
	2019	2020	Variação	2019	2020	Variação
	104,63	94,41	-9,77%	458,46	324,4	-29,24%
UHE Palmeiras	26,84	21,86	-18,57%	125,12	80,47	-35,68%
UHE Bracinho	14,30	12,23	-14,50%	64,91	43,53	-32,94%
UHE Garcia	10,88	12,81	17,78%	52,11	38,94	33,81%
UHE Cedros	4,17	9,02	116,20%	27,82	22,22	-20,12%
UHE Salto Weissbach	8,09	8,50	5,02%	14,85	28,56	92,35%
UHE Pery	23,36	19,01	-18,63%	97,44	63,16	-35,18%
PCH Celso Ramos	4,80	4,50	-6,18%	25,43	26,28	3,36%
CGH Caveiras	5,69	4,34	-23,81%	23,22	13,53	-41,75%
CGH Ivo Silveira	4,30	0,33	-92,25%	19,18	1,37	-92,87%
CGH Pirai	0,78	1,00	27,97%	3,12	3,05	-2,10%
CGH Rio do Peixe	0,94	0,46	-51,24%	3,70	2,15	-41,80%
CGH São Lourenço	0,50	0,36	-27,37%	1,57	1,12	-28,63%
Fator de Capacidade Global	52,30%	40,07%	-23,38%	54,90%	34,60%	-36,98%

5.2. Comercialização de Energia

Em 2020, a Celesc G registrou faturamento global de R\$159,8 milhões, montante 3,3% superior ao ano de 2019, que registrou R\$154,7 milhões de faturamento. Apesar da pandemia, não foram registrados casos de inadimplência.

Em 2020, foram gastos R\$19 milhões na comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, redução de 3,8% em relação a 2019. Tal redução pode ser creditada ao menor volume adquirido, que representou um queda de 4,42%.

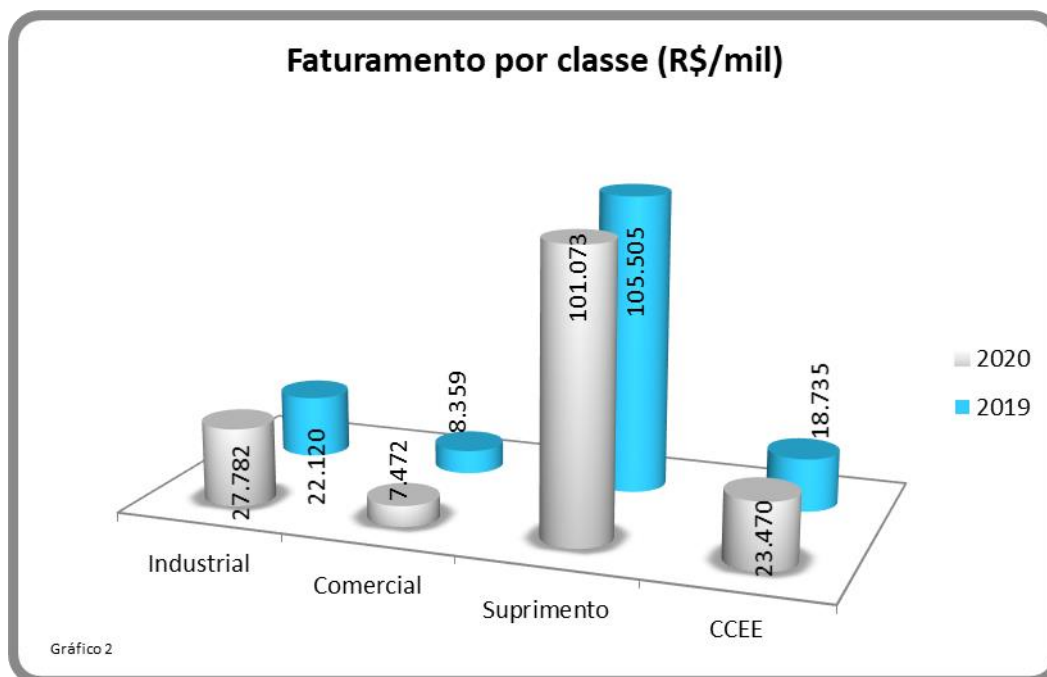
O faturamento total e as despesas com compra de energia em 2020 e em 2019 apresentaram o seguinte desempenho.



O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R\$9,7 milhões em 2020 contra R\$9,8 milhões em 2019.

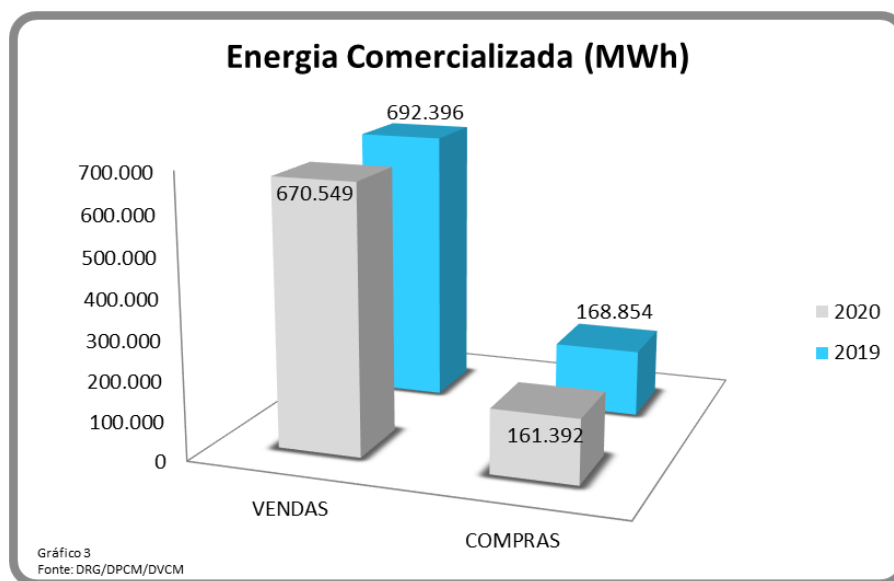
O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R\$23,5 milhões contra R\$18,7 milhões em 2019, incluído o valor de R\$7,1 milhões relativo à liminar judicial concedida à Celesc G referente ao GSF, além de R\$9,3 milhões relativos a juros e atualizações monetárias, decorrentes da combinação de inadimplência e disparada do IGPM, taxa utilizada para correção na CCEE.

O Faturamento por classe em 2020 e 2019 apresentou o seguinte desempenho:

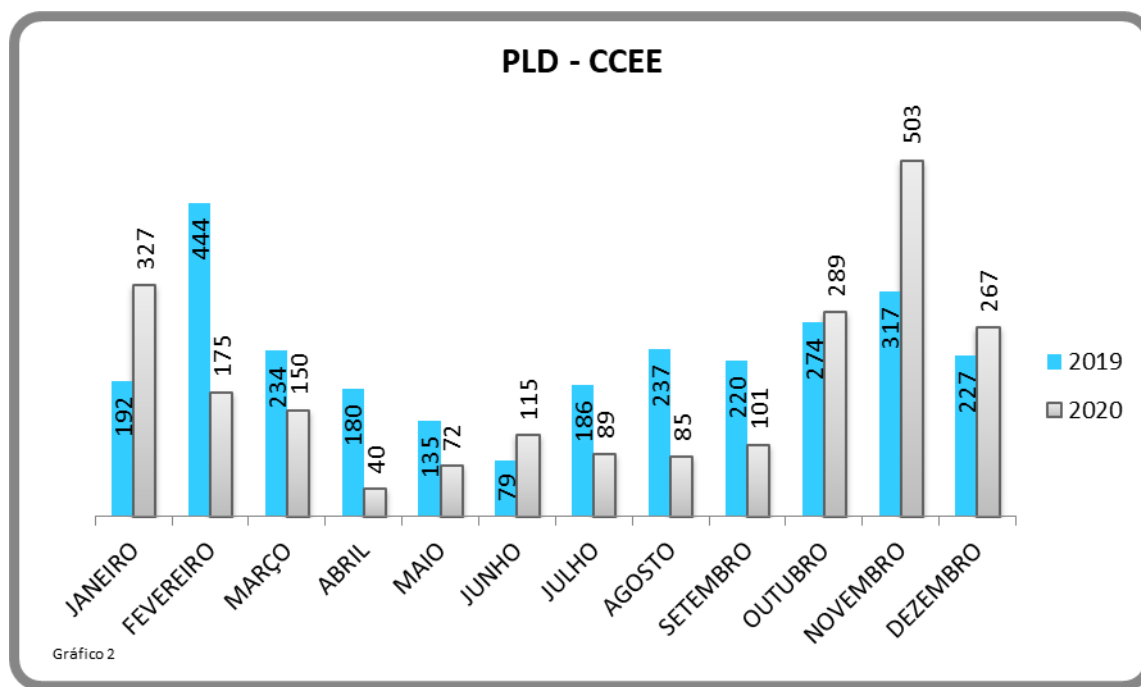


A energia elétrica comercializada em 2020 chegou ao montante de 670.549 MWh, inferior em 3,16% quando comparado ao montante de 692.396MWh comercializado em 2019.

O montante total de energia comprada, em 2020, chegou a 161.392 MWh, inferior à quantidade adquirida em 2019, que foi de 168.854 MWh.



O PLD médio anual (R\$184,42/MWh) teve significativa redução em 2020 em relação ao ano anterior (R\$225,65/MWh). Mesmo com a baixa hidrologia, a redução da carga no Sistema Integrado causada pela pandemia derrubou o preço da energia no mercado de curto prazo durante alguns meses. Com a gradual volta da atividade econômica, e afluições abaixo da sua média histórica, o PLD voltou a subir, mas não o suficiente para igualar a média de 2019.



5.3. Ações Ambientais

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

No ano, a Celesc G encaminhou para destinação final adequada 15,86 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes usados, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, sucatas metálicas, ferrosas, e sólidos contaminados com óleos minerais e outros produtos químicos.

A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de reciclagem, disposição em aterro e rerrefino. A Celesc G também já realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de Bifenilos Policlorados – PCB (Ascarel) superior a 50 partes por milhão/ppm nos transformadores associados às subestações das usinas.

b) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho

Esta unidade de conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc G desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla uma área de 4.780 hectares, preservando uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar. Ao longo dos 35 anos da preservação dessa área, até 2019 foram evitadas emissões equivalentes a 994.061,19 tCO₂, e houve a remoção permanente de 198.893,00 tCO₂ e um custo social do carbono estimado em R\$76.225.146,81. O relevo nessa região é bastante irregular, com cotas variando de 100 a 900 metros de altitude. Essas áreas estão inseridas no Bioma Mata Atlântica, na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, definida como prioritária a conservação da biodiversidade na categoria Extremamente Alta.

Em novembro de 2019, a Celesc G e o IMA/SC assinaram um Protocolo de Intenções que visa à criação da Unidade de Conservação do Bracinho, abrangendo os municípios de Schroeder e Joinville, sendo que posteriormente foi instituído pela Portaria IMA nº 028/2020 a equipe técnica de ambas as instituições que está coordenando e acompanhando os processos necessários para efetivação da UC. Atualmente, se encontra em fase avançada de regularização fundiária do local, visto que a caracterização fundiária é fundamental para orientar o órgão ambiental na definição da categoria da unidade, bem como definir o manejo adequado à área, conforme os usos prioritários.

c) Outorgas de Uso de Água

Segundo a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, os aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Atualmente, a Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach (Portaria SDS nº 301/2017) e de reativação da Usina Maruim (Portaria SDS nº 273/2019).

d) Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

A Celesc G está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em paralelo, também possui junto ao IBAMA, a Licença de Porte e Uso de Motosserras nas Usinas Bracinho, Pery e Celso Ramos, e nos Núcleos e Unidades.

e) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório

No âmbito do processo de renovação das licenças ambientais de operação das Usinas Garcia, Salto Weissbach, Cedros e Palmeiras, a Celesc G finalizou no ano de 2018 uma proposta de regramento e zoneamento dos reservatórios associados a essas Usinas e em 2019, da Usina São Lourenço. Essas propostas foram consolidadas em planos ambientais de conservação e uso do entorno desses reservatórios, aos quais foram encaminhadas ao IMA/SC para conhecimento e manifestação. Os serviços contemplaram as etapas de caracterização dos empreendimentos, diagnóstico ambiental e zoneamento dos reservatórios. Para fins de atendimento aos usos múltiplos desses reservatórios, a etapa de zoneamento englobou também a realização de reuniões com as prefeituras locais, comitês de bacia e comunidades ribeirinhas. Essas propostas permanecem em processo de análise pelo IMA/SC.

f) Gestão Fundiária

No ano de 2020, foram realizadas diversas atividades para atendimento do projeto de regularização fundiária, dentre elas: atendimento às exigências dos cartórios para retificações das áreas, regularização fiscal dos imóveis junto à Receita Federal do Brasil – RFB e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, avaliação dos imóveis, cadastro de confrontantes das usinas, medições em campo e nivelamento geométrico, inspeções fundiárias e certificação dos imóveis junto ao INCRA. Também foi realizada retificação administrativa dos limites dos terrenos das usinas Celso Ramos, Rio do Peixe, Ivo Silveira, Pery e São Lourenço.

g) Readequação Sistema de Tratamento dos Efluentes Sanitários

Dando continuidade às readequações iniciadas no ano anterior, a Celesc G realizou no ano de 2020 a última instalação dos novos sistemas de tratamento de efluentes sanitários, sendo em 2020 implementado na Casa de Força I da usina Pery. Esse processo de readequação visa enquadrar os empreendimentos nas normas técnicas vigentes.

h) Reposição Florestal no âmbito das obras de ampliação da Usina Celso Ramos

No mês de julho de 2020, a Empresa realizou o plantio de 514 mudas de espécies nativas em áreas associadas às obras de ampliação da Usina Celso Ramos, assim como procedeu a averbação junto à Matrícula do imóvel de uma área de compensação ambiental com 9.640m² coberta com vegetação nativa.

i) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e os PAEs das Usinas e encaminhou ao órgão regulador e entidades relacionadas. Em 2019, a Celesc G deu continuidade ao PAE e realizou reunião com as Defesas Cíveis de Angelina (Usina Garcia), Blumenau (Usina Salto Weissbach), Rio dos Cedros (Usinas Cedros e Palmeiras) e Schroeder (Usina Bracinho).

No mesmo ano, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco.

5.4. Inovação

Na trilha da mudança ocasionada pela transformação digital, a Celesc acelerou a implementação de processos inovadores e tecnológicos lançando, em novembro de 2020, o Programa de Inovação da Celesc (PRICE). O Programa surge para fortalecer a cultura de inovação da empresa e, já no lançamento, em ambiente virtual, os colaboradores da Celesc participaram de debates e palestras com convidados de todo o país para troca de conhecimentos sobre tecnologias aplicadas ao setor de energia, gestão de ideias, liderança na era digital e inovação. A proposta é o desenvolvimento de uma cultura estratégica com processos mais eficientes em energia elétrica e gestão inovadora dos recursos, mediada por novas tecnologias e criatividade.

Composto atualmente por quatro profissionais da Empresa, o Comitê Gestor de Inovação trabalha em parceria com o IEL/SC (Instituto Euvaldo Lodi Santa Catarina), a fim de realizar o diagnóstico, o planejamento e a capacitação de equipes para o

desenvolvimento de processos mais inovadores, simultaneamente com a contratação de uma plataforma de gestão de projetos e ideias, e a criação de um ambiente colaborativo, que estimule a criatividade e a interação dos funcionários com novas tecnologias.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc G apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um Lucro Líquido de R\$69 milhões, representando acréscimo de aproximadamente 25,5% se comparado ao exercício de 2019, cujo valor foi de R\$55 milhões.

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2020 foi de R\$159,8 milhões, volume 3,3% maior que os R\$154,7 milhões realizados em 2019.

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou crescimento de 2,2% em relação a 2019, R\$138,9 milhões, fechando o exercício de 2020 em R\$142 milhões.

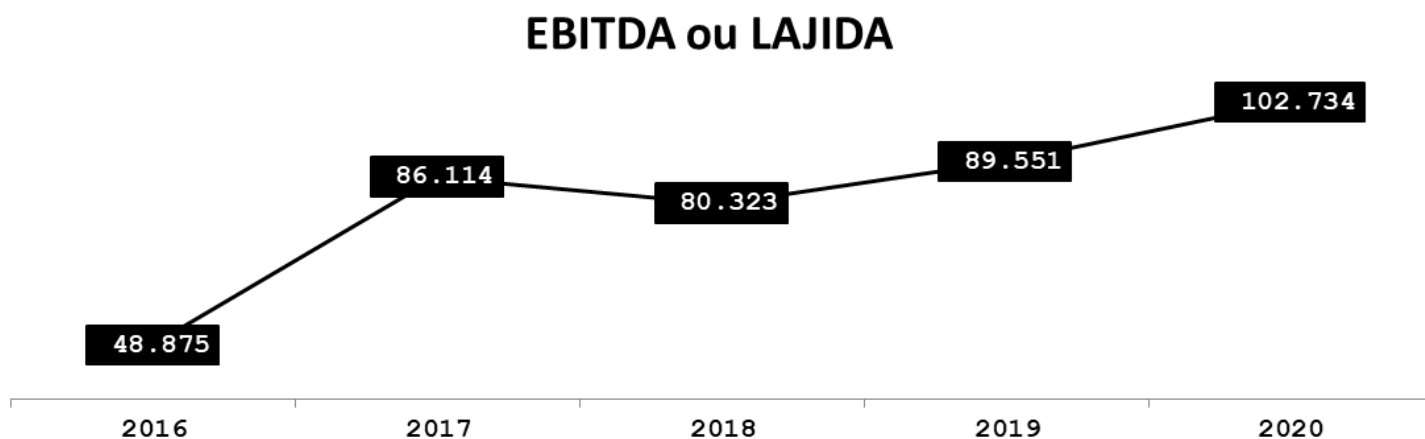
Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiros (R\$mil)	2020	2019	Varição
Receita Operacional Bruta – ROB	159.797	154.719	3,28%
Receita Operacional Líquida – ROL	141.962	138.916	2,19%
Resultado das Atividades	89.395	76.404	17,00%
EBITDA	102.734	89.551	14,72%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	72,37%	64,46%	7,90 p.p
Margem Líquida (LL/ROL)	48,59%	39,59%	9,01 p.p
Resultado Financeiro	(3.064)	(2.971)	3,13%
Ativo Total	667.592	617.916	8,04%
Patrimônio Líquido – PL	492.331	451.045	9,15%
Lucro Líquido	68.985	54.990	25,45%

A variação positiva no resultado foi decorrente, principalmente, do aumento da Receita Operacional Bruta – ROB, cujo desempenho contou com boas evoluções no Fornecimento de Energia Elétrica (15,7%) e na Energia Elétrica de Curto Prazo (25,3%), embora o Suprimento de Energia Elétrica, principal atividade desse grupo, tenha apresentado uma pequena redução de 2019 para 2020 (4,2%).

Além do aumento na ROB, o resultado da Equivalência Patrimonial nas investidas da Celesc G também apresentou uma evolução bastante significativa, alcançando R\$10,05 milhões e representando 125,9% a mais do que os R\$4.45 milhões do ano anterior.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$102,7 milhões, 14,6% superior a 2019, que foi de R\$89,6 milhões, conforme evolução abaixo:



7. INVESTIMENTOS

Em 2020, os investimentos da Celesc G somaram R\$41,4 milhões e foram destinados à ampliação, melhoria e automação das usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de ampliar a capacidade de geração, modernizar as usinas, reduzir os custos operacionais, dar maior confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

Investimento	31.12.2020		31.12.2019		Variação
	R\$/mil	%	R\$/mil	%	
Geração de Energia Elétrica	41.421	100,00%	11.396	100,00%	263,47%
Participações Societárias	10.363	25,02%	1.476	12,95%	602,10%
Parque Gerador Próprio	31.058	74,98%	9.920	87,05%	213,08%

7.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

Ampliação da PCH Celso Ramos

A PCH Celso Ramos, localizada no município de Faxinal dos Guedes/SC, possui 5,62 MW de capacidade instalada. O projeto de ampliação prevê um novo circuito adutor em paralelo ao existente, contendo canal de adução, tomada d'água, conduto forçado e nova casa de força, com duas unidades geradoras de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando para 13,92 MW de capacidade instalada.

O Projeto de Ampliação da PCH Celso Ramos teve a ordem de serviço emitida em 15 de julho de 2019. Os investimentos são de R\$40 milhões, sendo que até o final de 2020 a realização física era de 84%, tendo a Celesc G contabilizado R\$27 milhões.

Em dezembro de 2020, a Empresa concluiu a terceira emissão de debêntures, no montante de R\$37 milhões, com vencimento final em dez anos. A emissão, da espécie quirografária e com garantia da *holding* Celesc, foi realizada em série única. Os recursos das debêntures de infraestrutura serão destinados ao financiamento do projeto de ampliação da PCH Celso Ramos, com previsão de conclusão para março de 2021.

Ampliação da Usina Caveiras

A Usina Caveiras, localizada no município de Lages/SC, possui 3,829 MW de capacidade instalada. A fim de ampliar sua capacidade instalada, em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, sendo que esse estudo foi encaminhado em julho de 2020 à ANEEL, tendo sido aprovado em 28 de setembro de 2020. O estudo importou o investimento de R\$203 mil.

Para 2021, a Empresa planeja a contratação da consolidação do projeto básico, visando a entrega para a Agência Reguladora até fevereiro de 2022.

Automação da Usina Cedros

Em continuidade ao processo de automação das usinas, iniciado em 2014 com a automação da Usina Salto e, em 2016, com a entrada em operação do Centro de Operação da Geração – COG, a Usina Cedros e suas barragens passaram pelo processo de automação e *retrofit*, tendo sido concluído em 2020. O projeto total foi de R\$3,3 milhões, sendo R\$326 mil realizados em 2020.

Automação da Usina Palmeiras

A Usina Palmeiras é a segunda maior do parque gerador da Celesc G. Em 2020, a Empresa contratou o projeto de automação e *retrofit*, tendo assinado a ordem de serviço em dezembro, o qual deverá ser concluído em 2021 com investimento da ordem de R\$4,7 milhões.

Unificação dos Softwares do Centro de Operação da Geração

A Celesc G concluiu em 2020 a implantação de um novo sistema supervisor para efetuar a gestão do parque gerador a partir do Centro de Operação da Geração (COG).

A implantação desta nova ferramenta para o COG está alinhada com os recentes investimentos nas usinas da Celesc G, que vêm sendo modernizadas e passando por processo de automação de suas instalações.

O novo sistema será responsável pela integração e unificação dos atuais sistemas supervisórios existentes, permitindo a padronização de telas, comandos, eventos e alarmes dos equipamentos e ativos das usinas. Vale ressaltar que o COG é responsável pela operação de turbinas e geradores, além de válvulas e comportas de reservatórios de água.

Com esse sistema, também será possível acessar através de dispositivos móveis, telas específicas com informações em tempo real dos principais indicadores de geração e *status* do parque gerador.

O montante investido foi da ordem de R\$700 mil.

Reforma na Usina Salto Weissbach

Iniciado em 2019, o projeto de reforma da Unidade Geradora nº 2 da Usina Salto foi concluído em 2020, com investimento da ordem de R\$1,4 milhão. Com esse investimento de manutenção, a usina centenária voltou à produção total neste ano.

Outras Melhorias no Parque Próprio

Entre as obras de melhoria, destaque para o início da manutenção da Unidade Geradora nº 2 da Usina Pery, com investimento previsto de R\$240 mil e desembolso em 2020 de R\$138 mil e fornecimento de cabos de força da Unidade Geradora nº 1 da Usina Bracinho, no valor de R\$100 mil.

Também, em 2020, após suspensão do processo licitatório por conta da pandemia do COVID-19, a Celesc G contratou a substituição do limpa-grades da Usina Pery no valor de R\$265 mil, sendo previsto sua conclusão em 2021, com o desembolso a ocorrer no próximo ano. Ainda em 2020, iniciou-se a contratação para substituição dos limpa-grades das usinas Salto Weissbach, Palmeiras e Bracinho, os quais serão realizados em 2021 com investimentos previstos da ordem de R\$840 mil.

Descrição	2019	2020	Variação
Totais de Investimentos	11.396	41.421	263,47%
Investimentos em SPes	1.476	10.363	602,10%
Imobilizado/Intangível	9.920	31.058	213,08%

8. VALOR ADICIONADO

Em 2020 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Celesc G foi de R\$111,6 milhões, representando 72,02% das Receitas, com a seguinte distribuição:

Descrição	2020	2019
Receitas	154.900	150.850
Vendas Brutas de Energia e Serviços	159.797	154.719
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(4.897)	(3.869)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(30.003)	(35.243)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(26.735)	(29.207)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(3.268)	(6.036)
Valor Adicionado Bruto	124.897	115.607
Depreciação/Amortização	(13.339)	(13.147)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	111.558	102.460
Valor Adicionado Recebido em Transferência	13.406	14.034
Receitas Financeiras	3.357	9.586
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.049	4.448
Valor Adicionado Total a Distribuir	124.964	116.494
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal e Encargos	(14.200)	(14.323)
Salários	(13.487)	(13.614)
FGTS	(713)	(709)
Impostos, Taxas e Contribuições	(35.071)	(34.213)
Federais	(34.908)	(34.108)
Estaduais	(80)	(41)
Municipais	(83)	(64)
Remuneração de Capital de Terceiros	(6.708)	(12.968)
Juros	(5.699)	(11.859)
Aluguéis	(287)	(411)
Variações Monetárias	(87)	(159)
Outras Despesas Financeiras	(635)	(539)
Remuneração de Capital Próprio	(24.172)	(19.677)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(24.172)	(13.597)
Dividendos	-	(6.080)
Lucro (Prejuízo) Retido do Exercício	(44.813)	(35.313)
Valor Adicionado Distribuído	(124.964)	(116.494)

9. POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Celesc G, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

Além disso, a Celesc G constituiu Reserva Legal de 5% do Lucro Líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social, e o saldo remanescente do Lucro Líquido do Exercício foi retido como Reserva de Retenção de Lucros.

10. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Celesc Geração, em 31 de dezembro de 2020, subscrito e integralizado, é de R\$250 milhões, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões e duzentas e oito mil e setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

11. DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Empresa é formada por 7 diretorias, sendo os diretores indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Geração, Transmissão e Novos Negócios, Diretoria Comercial, Diretoria de Regulação e Gestão de Energia, Diretoria de Gestão Corporativa e Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance*.

Diretor Presidente	Cleicio Poletto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	Claudine Furtado Anchite
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Pablo Cupani Carena
Diretor Comercial	Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Regulação e Gestão de Energia	Fabio Valentim da Silva
Diretor de Gestão Corporativa	Pablo Cupani Carena
Diretor de Planejamento, Controles e <i>Compliance</i>	Marcos Penna

12. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 membros, dos quais, 8 são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de dois anos, sendo 6 representantes do acionista majoritário, 3 representantes dos acionistas minoritários, 1 representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados. No quadro abaixo, a formação do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2020.

Representante Acionista Majoritário	João Eduardo Noal Berbigier*.
Representante Acionista Majoritário	Cleicio Poletto Martins
Representante Acionista Majoritário	Amir Antônio Martins de Oliveira Jr.*
Representante Acionista Majoritário	Luiz Alberton*
Representante Acionista Majoritário	Michele Silva Wangham*
Representante Acionista Majoritário	Vanessa Evangelista Rothermel
Representante Acionistas Minoritários	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	João Manuel Brito Martins*
Representante Acionistas Preferencialistas	Fabrizio Santos Debortoli*
Representante dos Empregados	Leandro Nunes da Silva

*Conselheiros Independentes

13. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Empresa, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos Auditores Independentes e das áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

Representante Acionista Majoritário	Amir Antonio M. de Oliveira Júnior*
Representante Acionista Majoritário	Thiago Sá Fortes Regis*
Representante Acionista Majoritário	Ernesto Fernando Rodrigues Vicente*
Representante Acionistas Minoritários	Antonio Carlos Siegner Laporta*
Representante Acionistas Preferencialistas	Octavio Rene Lebarbenchon Neto*

*Conselheiros Independentes

14. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes.

É formado por 5 membros, sendo 3 representantes do Acionista Majoritário, 1 representante dos Acionistas Preferencialistas e 1 representante dos Acionistas Minoritários Ordinários.

No quadro a seguir, a formação do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2020:

Representante do Acionista Majoritário	Luis Felipe Ferreira Suplente: Abel Guilherme da Cunha
Representante do Acionista Majoritário	Márcio Ferreira Suplente: Lisandro José Fendrich
Representante do Acionista Majoritário	Ilana Luiza Ferreira Marujo
Representante dos Acionistas Minoritários	Leandro Carron Rigamonte Suplente: João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Paulo Caio Ferraz de Sampaio Suplente: João Gustavo Specialski

15. BALANÇO SOCIAL

1 – BASE DE CÁLCULO		2020 (valor em reais mil)			2019 (valor em reais mil)		
Receita Líquida (RL)		141.962			138.916		
Resultado Operacional (RO)		79.346			71.956		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		-			-		
2 – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		-	-	-	-	-	-
Encargos Sociais Compulsórios		-	-	-	-	-	-
Previdência Privada		-	-	-	-	-	-
Saúde		-	-	-	-	-	-
Segurança e Saúde no Trabalho		26.068	-	18,36	33	-	0,02
Educação		-	-	-	-	-	-
Cultura		-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional		-	-	0,00	131	-	0,10
Creches ou Auxílio-Creche		-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados		-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores Sociais Internos		26.068	-	18,36	164	-	0,12
3 – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação		-	-	-	-	-	-
Cultura		298	0,38	0,21	367	0,51	0,26
Saúde e Saneamento		-	-	-	-	-	-
Esporte		75	0,09	0,05	85	0,12	0,06
Combate à Fome e Segurança Alimentar		-	-	-	-	-	-
Outros		152	0,19	0,11	176	0,24	0,13
Total das Contribuições p/ a Sociedade		525	0,66	0,37	628	0,87	0,45
Tributos (excluídos os encargos sociais)		41.730	52,59	29,40	44.141	61,35	31,78
Total Indicadores Sociais Externos		42.255	53,25	29,77	44.769	62,22	32,23
4 – INDICADORES AMBIENTAIS			% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados c/ a Produção/Operação da Empresa		1.246	1,57	0,88	1.691	2,35	1,22
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos		-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente		1.246	1,57	0,88	1.691	2,35	1,22
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Empresa:		[x] não possui metas [] cumpre de 0 a 50%		[] cumpre de 51 a 75% [] cumpre de 76 a 100%	[x] não possui metas [] cumpre de 0 a 50% [] cumpre de 76 a 100%		
5 – INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2020			2019		
Nº de empregados(as) ao final do período		-			-		
Nº de admissões durante o período		-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados		16			38		
Nº de estagiários(as)		3			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		-			-		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		-			-		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades Especiais		-			-		
6 – INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		2020			2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		-			-		
Número total de acidentes de trabalho		1			2		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por		[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos + Cipa	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:		[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:		[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa		[] não são considerados	[x] são sugeridos	[] são exigidos	[] não serão considerados	[x] serão sugeridos	[] serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		[] não se envolve	[] apoia	[x] organiza e incentiva	[] não se envolve	[] apoiará	[x] organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de Consumidores (as):		na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas solucionadas:		na Empresa 0,0%	no Procon 0,0%	na Justiça 0,0%	na Empresa 0,0%	no Procon 0,0%	na Justiça 0,0%
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2020: 124.964			Em 2019: 116.494		
Distribuição do Valor Adicionado		Governo 28,06%; Empregados 11,36%; Acionistas 19,34%; Terceiros 5,38% e Retido 35,86%			Governo 29,37%; Empregados 12,30%; Acionistas 16,89%; Terceiros 11,13% e Retido 30,31%		
7 – OUTRAS INFORMAÇÕES: A empresa conta com 38 colaboradores cedidos da Celesc Distribuição S.A., sendo que os custos, benefícios, encargos sociais e trabalhistas são integralmente ressarcidos pela Celesc Geração S.A.							
CNPJ: 08.336.804/0001-78 – UF/SC				Coordenação: Regina Schlickmann Luciano Fone: (48) 3231-5520 E-mail: reginasl@celesc.com.br		Contadora: Rogéria Rodrigues Machado Fone: (48) 3231-6151 E-mail: rogeriarm@celesc.com.br CRC/SC – 024.797/O-0	
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica							
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"							
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"							

Informações não auditadas

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Celesc Geração S.A.. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais, que direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Empresa.

Florianópolis, 22 de abril de 2021.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	2020	2019 Reclassificado Nota 3.2
Circulante		85.754	156.628
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	54.668	137.640
Consumidores	8	2.941	2.536
Concessionárias e Permissionárias	8	26.786	15.580
Tributos Compensáveis	9	223	635
Almoxarifado Operacional		92	102
Adiantamento a Fornecedores		918	-
Outros Ativos Circulantes		126	135
Não Circulante		581.838	461.288
Tributos Compensáveis	9	3.755	1.938
Depósitos Judiciais e Cauções		353	369
Mútuos		91.832	-
Tributos Diferidos	10	15.020	13.235
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	10.000
Outros Ativos Não Circulantes	11	2.423	2.909
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	13	79.198	61.297
Imobilizado	14	191.080	165.532
Intangível	14	198.177	206.008
Total do Ativo		667.592	617.916

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	2020	2019
Circulante		83.849	76.249
Fornecedores	15	7.530	7.109
Debêntures	18	35.034	35.489
Tributos	16	18.134	13.696
Dividendos e Juros s/Capital Próprio		20.546	17.637
Encargos Setoriais	17	1.249	965
Outros Passivos Circulantes		1.356	1.353
Não Circulante		91.412	90.622
Debêntures	18	88.202	87.052
Provisão para Litígios	19	490	1.218
Encargos Setoriais	17	2.720	2.352
Patrimônio Líquido	20	492.331	451.045
Capital Social	20.1	250.000	250.000
Reservas de Lucros	20.2	239.533	197.518
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	20.3	2.798	3.527
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		667.592	617.916

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2020	2019
Receita / Ingresso	22	159.797	154.719
Fornecimento de Energia Elétrica		35.254	30.479
Suprimento de Energia Elétrica		101.073	105.505
Energia Elétrica de Curto Prazo	23	23.470	18.735
Tributos		(13.825)	(13.607)
PIS-Pasep		(2.466)	(2.427)
Cofins		(11.359)	(11.180)
Encargos – Parcela A		(4.010)	(2.196)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(952)	(891)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(2.267)	(1.028)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(791)	(277)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		141.962	138.916
Custos Não Gerenciáveis – Parcela A		(21.460)	(22.161)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	23.1	(19.001)	(19.752)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(2.459)	(2.409)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		120.502	116.755
Custos Gerenciáveis – Parcela B		(41.156)	(44.799)
Pessoal e Administradores	24	(14.200)	(14.323)
Material		(483)	(372)
Serviços de Terceiros		(8.100)	(9.845)
Arrendamento e Aluguéis		(287)	(411)
Seguros		(222)	(230)
Doações, Contribuições e Subvenções		(525)	(624)
Provisões Líquidas		(4.168)	(4.098)
Ganho na Alienação de Bens e Direitos		58	-
Recuperação de Despesas		-	238
Tributos		110	33
Depreciação e Amortização		(13.339)	(13.147)
Gastos Diversos		-	(2.020)
Resultado da Atividade		79.346	71.956
Equivalência Patrimonial	13	10.049	4.448
Resultado Financeiro	25	(3.064)	(2.971)
Receitas Financeiras		3.357	9.586
Despesas Financeiras		(6.421)	(12.557)
Resultado Antes do Imposto sobre o Lucro		86.331	73.433
Despesa com Impostos sobre o Lucro	26	(17.346)	(18.443)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		68.985	54.990
Resultado Líquido do Exercício		68.985	54.990
Atribuível aos Acionistas Controladores		68.985	54.990
Lucro por Ação		1,60	1,27
Básico – Lucro de Operações Continuadas		1,60	1,27
Atribuível aos Acionistas Controladores		1,60	1,27
Diluído – Lucro de Operações Continuadas		1,60	1,27
Atribuível aos Acionistas Controladores		1,60	1,27

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	2020	2019
Resultado do Exercício	68.985	54.990
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício Líquidos de Impostos	68.985	54.990
Atribuível aos Acionistas Controladores	68.985	54.990

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	NE	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado do Exercício		68.985	54.990
Despesas (Receitas) que Não Afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		29.371	39.869
Amortização		8.450	8.376
Depreciação		4.889	4.771
Equivalência Patrimonial		(10.049)	(4.448)
Imposto de Renda e Contribuição Social		17.346	18.443
Juros e Variações Monetárias		4.563	6.697
Provisões/Reversões para Litígios		(728)	229
Provisões/Reversões para Perdas de Ativo		-	(3.421)
Provisões para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa		4.897	3.869
Outros		3	5.353
Redução (Aumento) de Ativos		(9.503)	(17.049)
Consumidores e Concessionários		(16.508)	(4.684)
Depósitos Vinculados a Litígios		16	(15)
Tributos Compensáveis		(2.109)	(2.419)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		10.000	(10.000)
Adiantamento a Fornecedores		(918)	-
Outros		16	69
Aumento (Redução) de Passivos		(942)	4.955
Encargos Setoriais		652	534
Fornecedores		421	3.565
Tributos e Contribuições Sociais		(2.018)	460
Outros		3	396
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		87.911	82.765
Encargos de Dívidas Pagos		(6.064)	(12.157)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(15.597)	(22.342)
Caixa Líquido Gerado pela (Aplicado nas) Atividades Operacionais		66.250	48.266
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aportes/Aumento de Capital em Coligadas		(10.363)	(1.476)
Redução de Capital em Coligadas		488	-
Dividendos Recebidos		2.511	749
Imobilizado		(30.440)	(9.564)
Intangível		(618)	(356)
Juros Recebidos de Mútuos		-	8.037
Empréstimos/Mútuos Concedidos		(90.000)	-
Empréstimos/Mútuos Recebidos		-	90.000
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) nas Atividades de Investimentos		(128.422)	87.390
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		35.659	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(35.295)	(26.470)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(21.164)	(21.581)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		(20.800)	(48.051)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa		(82.972)	87.605
Caixa e Equivalentes no Início do Exercício		137.640	50.035
Caixa e Equivalentes no Final do Exercício		54.668	137.640
Variação no Caixa e Equivalente de Caixa		(82.972)	87.605

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

Elementos	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Retenção Lucros	Dividendos a Disposição da AGO	Lucro Acumulado	Total
Saldo em 31.12.2018	250.000	13.891	151.841	2.434	-	418.166
Dividendos Adicionais Aprovados em AGO	-	-	-	(2.434)	-	(2.434)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	54.990	54.990
Reserva Legal	-	3.713	-	-	(3.713)	-
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	(19.677)	(19.677)
Dividendos Adicionais	-	-	-	3.527	(3.527)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	28.073	-	(28.073)	-
Saldo em 31.12.2019	250.000	17.604	179.914	3.527	-	451.045
Dividendos Adicionais Aprovados em AGO	-	-	-	(3.527)	-	(3.527)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	68.985	68.985
Reserva Legal	-	4.096	-	-	(4.096)	-
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-	-	-	-	(24.172)	(24.172)
Dividendos Adicionais	-	-	-	2.798	(2.798)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	37.919	-	(37.919)	-
Saldo em 31.12.2020	250.000	21.700	217.833	2.798	-	492.331

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celesc Geração S.A. – Celesc G, é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo: I) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; II) participar de pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos ligados à geração de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para esse fim; III) operar os sistemas diretamente, através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; IV) desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração; V) colaborar para a preservação do meio ambiente de suas atividades; VI) colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade, e; VII) pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética e infraestrutura de serviços públicos.

A Celesc G está domiciliada na Avenida Itamarati, 160, Bloco A1, Térreo, Bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

1.1. Pandemia do Coronavírus – COVID-19

A infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19) gerou fortes impactos na sociedade brasileira e mundial e, por isso, foram adotadas severas medidas – tanto pelo Governo Federal quanto pelos Órgãos de Saúde e Órgãos Ministeriais – para fins de evitar a disseminação rápida do vírus.

Em 6 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do COVID-19, responsável pelo surto de 2019. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS classificou o COVID-19 como pandemia.

Em 16 de março de 2020, o Governo do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto nº 507, que versou sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo COVID-19 nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabeleceu outras providências. Neste mesmo dia, a Celesc publicou a Resolução PRE/DGC nº 037/2020 com as medidas necessárias de combate ao contágio no âmbito da Celesc.

O Governo do Estado de Santa Catarina, atento aos efeitos da pandemia, publicou, em 17 de março de 2020, o Decreto Estadual nº 515, declarando a situação de emergência em todo o território catarinense, com o intuito de realizar a restrição drástica da circulação de pessoas.

No dia 18 de março de 2020, o Ministro de Estado de Minas e Energia publicou a Portaria nº 117/GM e instituiu o Comitê Setorial de Crise. Em seu Anexo II, inciso III, foi determinado que as empresas de economia mista e estatais vinculadas deveriam apresentar plano de ação ao Ministério, abrangendo as suas respectivas atividades, com vistas à manutenção da prestação dos serviços.

Em 18 de março de 2020, a Celesc criou então o Comitê de Crise COVID-19 com foco principal no acompanhamento diário do fluxo de caixa e de ações mitigatórias que estavam sendo discutidas.

Foi publicado, em 20 de março de 2020, o Decreto Legislativo Federal nº 6, que reconheceu, exclusivamente, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Na mesma data, foi também publicado o Decreto nº 10.282, que regulamentou a já citada Lei Federal nº 13.979/2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Em 23 de março de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 525, que dispôs sobre as novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do COVID-19.

No dia 2 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 49, em desdobramento ao Comitê de Crise criado em 18 de março de 2020, foi criado o Comitê COVID-19 para identificar os riscos assumidos no planejamento orçamentário e estratégico da Empresa para o ano corrente e aqueles provenientes da crise da pandemia.

Expostas as regulamentações que abarcaram as disposições legais pertinentes ao tema “coronavírus” e seus efeitos, a Celesc vem acompanhando as ações que estão sendo discutidas, assim como implantando medidas de combate ao impactos que o COVID-19 pode provocar em seu Resultado Econômico e Financeiro.

1.1.1. Ações na Empresa

1.1.1.1. Proteção ao Caixa da Celesc G

Do ponto de vista orçamentário, a Celesc G revisou suas ações de investimento, postergando projetos de menor prioridade.

Além disso, durante o primeiro trimestre do ano, a Celesc G trabalhava na realização de uma nova emissão de Debêntures, no montante de R\$37 milhões, visando a implantação do projeto de ampliação da Usina Celso Ramos, cujas obras foram iniciadas em julho de 2019. Contudo, com o impacto da pandemia à economia, a forte instabilidade macroeconômica afetou sobremaneira o mercado de capitais e culminou com a descontinuidade dessa operação. Devido aos Decretos Federais e Estaduais, a Celesc G suspendeu as obras da referida ampliação no final de março de 2020, estabelecendo seu reinício para o final de abril de 2020, após a liberação das atividades principais e correlatas pelo órgãos oficiais.

Com o reaquecimento da economia e com as melhores condições para captação de recursos, a Empresa retornou ao mercado no último trimestre do ano, realizando nova chamada pública para emissão das Debêntures de Infraestrutura, processo este que foi concluído em dezembro. Assim, conforme Comunicado ao Mercado publicado pela Celesc em 23 de dezembro de 2020, fora concluída a 3ª Emissão de Debêntures da Celesc G, no montante de R\$37 milhões, para o financiamento da ampliação da PCH Celso Ramos.

1.1.1.2. Enfrentamento da Pandemia

A Celesc formou um Comitê de Crise, em resposta à situação de pandemia e suas possíveis implicações para sua operação, considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que decretou a situação de emergência no território catarinense.

O Comitê é responsável pelo encaminhamento de medidas e ações pertinentes ao contexto atual, conforme comunicado ao mercado divulgado em 17 de março de 2020: Covid-19 – Esclarecimentos e Medidas Adotadas.

Dessa forma, a Empresa divulgou resolução com medidas de caráter preventivo, quais sejam:

- a) suspensão de viagens interestaduais e internacionais a trabalho;
- b) obrigação aos empregados que retornarem de viagens ao exterior de não comparecer ao local de trabalho nos 7 dias após sua chegada e, após o prazo, a obrigação de entrar em contato com a equipe médica da Celesc para avaliação;
- c) obrigação aos empregados que apresentarem sintomas de contaminação pelo Covid-19 (sintomáticos) para afastamento do trabalho pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica;
- d) possibilidade de trabalho remoto aos empregados com 60 anos ou mais, que sejam portadores de doenças respiratórias crônicas, que morem com idosos com doenças crônicas ou com pessoas que estiveram no exterior nos últimos sete dias, gestantes, lactantes e que possuam filho em idade escolar, cujas aulas tenham sido suspensas e não possuem outro responsável para seu cuidado ou necessitam revezar nessa atividade, bem como a possibilidade para os demais empregados da administração, pela gerência, da implantação do sistema de rodízio de *home office*, devendo ser mantidos os serviços essenciais necessários;
- e) orientação a todos os gestores de contratos para que as empresas contratadas sejam notificadas sobre a responsabilidade na adoção de todas as medidas necessárias no controle da disseminação do vírus em atendimento ao Decreto Estadual nº 507/2020;
- f) em desdobramento das primeiras medidas de distanciamento social, a Celesc criou, em 3 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 50, Comitê para discutir o plano de contingência para retorno escalonado dos empregados, e de acordo com orientações da Secretaria de Saúde do Estado de SC, considerando a COVID-19. Até o presente momento, a Celesc permanece mantendo parte de seus empregados em *home office*, com retorno gradual das atividades administrativas e de suporte, porém, com prioridade de *home office* até, pelo menos, o final de abril de 2021.

Por fim, o Comitê de Crise, alinhado com as ações das autoridades de saúde do Estado de Santa Catarina, mantém as avaliações dos possíveis impactos na operação da Empresa, adotando imediatamente as medidas mitigadoras cabíveis para a estabilidade dos negócios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, para fins regulatórios, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pela ANEEL e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pelo Órgão Regulador.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas Demonstrações para fins Regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas Normas Contábeis Societária e Regulatória, estas diferenças estão demonstradas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A autorização para conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias foi dada pela Administração em 22 de abril de 2021.

2.1. Base de Mensuração

2.1.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Celesc G, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.1.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Provisão para Devedores Duvidosos (NE 8);
- b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (NE 10);
- c) Provisões para Litígios (NE 19).

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda que são mensurados pelo valor justo reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3.2. Reclassificação de saldos no Balanço Patrimonial

A Celesc G revisou suas políticas contábeis, objetivando a melhor apresentação dos seus ativos e passivos.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*). Vale ressaltar que, mesmo havendo reclassificações no Balanço Patrimonial, não houve qualquer alteração na Demonstração do Fluxo de Caixa.

A Empresa decidiu suprimir as rubricas “Partes Relacionadas” do Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, somando-as em “Outros”, por entender que existem outros valores que também fazem parte do mesmo contexto e que estavam demonstrados em rubricas específicas (Nota 12, item a). Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

Ativo	2019	Reclassificação	2019 Reclassificado
Circulante	156.628	-	156.628
Despesas Pagas Antecipadamente	134	(134)	-
Outros Ativos Circulantes	1	134	135
Não Circulante	461.288	-	461.288
Partes Relacionadas	488	(488)	-
Outros Ativos Não Circulantes	2.421	488	2.909
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	61.297	-	61.297
Imobilizado	165.532	-	165.532
Intangível	206.008	-	206.008
Total do Ativo	617.916	-	617.916

3.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Os novos *amendments*, às normas existentes, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020, foram emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Empresa analisou as revisões e não constatou impactos contábeis relevantes em suas Demonstrações Financeiras.

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro Conceptual (Framework) – A revisão incluiu novo capítulo sobre mensuração; orientação sobre como divulgar informações sobre o desempenho financeiro; melhorias nas definições de ativos e passivos, e orientações de suporte a essas definições; e esclarecimentos em áreas importantes, como as funções de administração, prudência e mensuração de incerteza nos relatórios financeiros.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) – Reforma da taxa de juros de referência (LIBOR) em função dos potenciais impactos em certas relações de proteção (*hedge*).

CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16) – Inclusão de um novo expediente prático no qual a contabilização do benefício concedido, em decorrência da COVID-19, não precisa seguir orientação de modificação de contrato.

CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3) – Nova definição para reduzir a diversidade de reconhecimento entre aquisição de ativos ou combinação de negócios. As alterações permitem que essa avaliação seja feita de uma maneira mais simples.

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1) e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) – Definição de “material” e orientações para ajudar a melhorar a consistência na aplicação do referido conceito sobre um item, transação ou outro evento, determinando assim se as informações devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras.

3.4. Novas Normas e Interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Norma	CPC Correspondente	Alteração	Aplicação
IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7	CPC 48/ CPC 40	Reforma LIBOR (Fase 2), aborda questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição).	01/01/2021
IAS 37	CPC 25	Classificação de custo oneroso para cumprimento de um contrato. Na avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 16	CPC 27	Proibição da entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.	01/01/2022
IAS 1	CPC 26	Classificação de passivos como corrente ou não corrente	01/01/2022
IFRS 3	CPC 15	Atualização para referência à nova Estrutura Conceitual	01/01/2022
IFRS 9	CPC 48	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste “10%” para desreconhecimento de financeiro passivos	01/01/2022
IFRS 16	CPC 06	Incentivos de arrendamento (alteração ao Exemplo Ilustrativo 13)	01/01/2022
IFRS 17	CPC 25	Contratos de seguro	01/01/2023

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Empresa.

3.5. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

3.6. Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.7. Instrumentos Financeiros

3.7.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Celesc G classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Celesc G classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecido no resultado.

3.7.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve, após o seu reconhecimento inicial, ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

3.8. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias correspondem aos valores a receber de clientes pelo

fornecimento, suprimento de energia faturada, liquidação de energia no âmbito da CCE e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

São reconhecidas ao valor faturado deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Celesc G não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.9. Almoxarifado Operacional

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

3.11. Depósitos Judiciais

A Empresa mantém registrado nesta rubrica valores, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios).

3.12. Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica - Investimentos em Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais Celesc G tem influência significativa, mas não tem o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 49% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Celesc G não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. O investimento da Empresa em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

3.13. Imobilizado

3.13.1. Imobilizado em Serviço

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.13.2. Imobilizado em Curso

Os gastos de Administração Central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3.14. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

3.14.1. Programas de Computador – Softwares

Licenças adquiridas de softwares são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 14). Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

3.14.2. Bonificação de Outorga

Conforme definido no Despacho de Encerramento ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a assinatura do contrato de concessão se deu mediante pagamento da Bonificação de Outorga – BO, instituída pelo § 7º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Conforme determinação regulatória, o valor correspondente à BO deve ser reconhecido como Ativo Intangível e será amortizado mensalmente pelo prazo da outorga.

3.15. Indenizável – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Celesc G possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Esses ativos financeiros são classificados como Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Celesc G, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

3.16. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.17. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

3.17.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.17.2. Debêntures

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado ou em imobilizações em andamento, conforme orientações do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

3.17.3. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são reconhecidos no passivo circulante no encerramento do exercício social, no montante de 25% do lucro líquido ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Empresa, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

3.18. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.19. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.20. Capital Social

O Capital Social da Empresa atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 250.000.000,00 e está classificado no Patrimônio Líquido.

3.21. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: a) os valores das receitas, dos custos incorridos e das despesas da transação possam ser mensurados com segurança; b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; c) a Empresa não detém mais a gestão e controle sobre a energia vendida; e d) os riscos e benefícios relacionados à energia vendida são transferidos ao comprador/consumidor.

3.21.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

3.21.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes adicionais específicos.

3.21.3 Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em que são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no mercado de curto prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

3.21.4. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

4. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Empresa desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos corporativos, avaliando e monitorando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Empresa.

4.1. Classe de Risco Financeiro

4.1.1. Categoria Crédito

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

4.1.2. Categoria Liquidez

Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	54.668	-	-	-	-	54.668
Consumidores	-	2.941	-	-	-	-	2.941
Concessionárias e Permissionárias	-	9.033	17.753	-	-	-	26.786
Ativo Indenizatório – Concessão	-	-	-	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	353	-	353
Total Ativo		66.642	17.753	-	2.774	-	87.169
Fornecedores	-	7.141	229	160	-	-	7.530
Debêntures	CDI + 2,5%	-	198	34.702	52.248	-	87.148
Debêntures	IPCA + 4,3%	-	33	101	16.668	19.286	36.088
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio - JCP	-	-	-	20.546	-	-	20.546
Empregados a disposição	-	1.225	-	-	-	-	1.225
Total Passivo		8.366	460	55.509	68.916	19.286	152.537

4.2. Classe de Risco Operacional

4.2.1 Categoria Gestão

Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta dos recursos.

4.2.2 Categoria Processo

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

4.2.3. Categoria Pessoal

Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

4.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

4.3. Classe de Risco de Conformidade

4.3.1. Categoria Regulatório/Legal

Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais expondo a empresa a atuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Celesc G, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas ou deficiências que dificultam ou impossibilitam a construção de defesas.

4.4. Classe de Risco Estratégico

4.4.1. Categoria Governança

Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Empresa perante os principais *stakeholders*.

4.4.2. Categoria Estratégia

Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

4.5. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc G ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc G pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc G monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo de curto e longo prazo, e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela abaixo apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	NE	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures	18	123.236	122.541
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	7	(54.668)	(137.640)
Dívida Líquida		68.568	(15.099)
Total do Patrimônio Líquido		492.331	451.045
Total do Capital		560.899	435.946
Índice de Alavancagem Financeira (%)		12,2%	-3,5%

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros, em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo Por Meio do Resultado	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	84.748	2.421		87.169
Caixa e Equivalentes de Caixa	54.668	-	-	54.668
Consumidores	2.941	-	-	2.941
Concessionárias e Permissionárias	26.786	-	-	26.786
Ativo Indenizatório – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	353	-	-	353
Passivo	-	-	152.537	152.537
Fornecedores	-	-	7.530	7.530
Debêntures	-	-	123.236	123.236
Dividendos e JCP	-	-	20.546	20.546
Empregados a disposição	-	-	1.225	1.225

Em 31 de dezembro de 2019, os Instrumentos Financeiros estavam representados da seguinte forma:

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo Por Meio do Resultado	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	156.125	2.421	-	158.546
Caixa e Equivalentes de Caixa	137.640	-	-	137.640
Consumidores	2.536	-	-	2.536
Concessionárias e Permissionárias	15.580	-	-	15.580
Ativo Indenizatório – Concessão	-	2.421	-	2.421
Depósitos Judiciais	369	-	-	369
Passivo	-	-	148.563	148.563
Fornecedores	-	-	7.109	7.109
Debêntures	-	-	122.541	122.541
Dividendos e JCP	-	-	17.637	17.637
Empregados a disposição	-	-	1.276	1.276

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

Contas a Receber de Clientes	31.12.2020	31.12.2019
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	29.727	18.116
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	-	-
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	44.186	39.289
Total	73.913	57.405

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc G mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Recursos em Banco e em Caixa	83	117
Aplicações Financeiras	54.585	137.523
Total	54.668	137.640

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 95,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

8.1. Composição das Contas a Receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Corrente a Vencer		Corrente Vencida	Provisão Devedores Duvidosos	31.12.2020	31.12.2019
	Até 60 Dias	Mais de 60 Dias	Mais de 360 Dias			
Fornecimento de Energia	2.941	-	6.385	(6.385)	2.941	2.536
Industrial	2.378	-	6.385	(6.385)	2.378	1.871
Comercial	563	-	-	-	563	665
Suprimento de Energia	9.033	17.753	37.801	(37.801)	26.786	15.580
Total	11.974	17.753	44.186	(44.186)	29.727	18.116

As perdas estimadas sobre os valores vencidos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A movimentação no ano de 2020 está demonstrada a seguir:

Descrição	Industrial	Concessionárias e Permissionárias (i)	Total
Saldo em 31.12.2018	6.385	29.035	35.420
Provisão Constituída no Período	-	8.137	8.137
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	-	(4.268)	(4.268)
Saldo em 31.12.2019	6.385	32.904	39.289
Provisão Constituída no Período	-	6.859	6.859
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	-	(1.962)	(1.962)
Saldo em 31.12.2020	6.385	37.801	44.186

A Celesc G, após análise das prerrogativas previstas no IFRS 9/CPC 48, e com base no histórico de perdas no recebimento de créditos, considera que os valores de perdas provisionadas atendem à norma contábil.

Decisão Judicial do Fator de Ajuste *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$37.801 em 31 de dezembro de 2020, sendo que, ao longo deste exercício, foram revertidos R\$1.962 devido ao seu recebimento.

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
ICMS	3.755	1.938
IRPJ e CSLL	223	635
Total	3.978	2.573
Circulante	223	635
Não Circulante	3.755	1.938

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos referentes ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias são demonstrados a seguir:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	13.318	11.654
Provisão para Litígios	167	414
Outras Provisões	1.535	1.167
Total	15.020	13.235

11. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Com a Audiência Pública 03/2019 realizada pela ANEEL, que teve como objetivo alterar a REN nº 596/2013, em face da inaplicabilidade da base de referência de custos unitários prevista no § 1º do art. 10 do Decreto nº 7.805 de 2012, aos investimentos realizados ao longo da concessão, e considerando que permanecia sem conclusão até o final do exercício, acredita-se que os valores apresentados na tabela abaixo deverão ser novamente requeridos ao poder concedente, por meio de novo procedimento a ser estabelecido.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Usina Bracinho	85	85
Usina Cedros	195	195
Usina Salto	1.906	1.906
Usina Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

12. PARTES RELACIONADAS

12.1. Saldos e Transações

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018.

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo são:

a) A tabela abaixo apresenta os saldos e transações no período.

Descrição	Ativo				Passivo	
	Contas a Receber de Clientes	Tributos a Recuperar	Outros	Fornecedores	Tributos a Recolher	Outros
Celesc Distribuição S.A.						
Mútuos (i)	-	-	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	1.276
Encargos Uso Rede Elétrica	-	-	-	233	-	-
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	488	-	-	-
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	1.938	-	-	17	-
Saldo em 31.12.2019	-	1.938	488	233	17	1.276
Celesc Distribuição S.A.						
Mútuos (i)	91.832	-	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	1.225
Encargos Uso Rede Elétrica	-	-	-	245	-	-
Consumo de Energia Elétrica	-	-	-	4	-	-
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	3.755	-	-	59	-
Saldo em 31.12.2020	91.832	3.755	-	249	59	1.225

(i) Contrato de Mútuo

Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2020, foi aprovado o repasse de recursos da Celesc G para a Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A finalidade da operação é para capital de giro e a anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3679/2019, de 27 de dezembro de 2019.

O contrato foi assinado em 26 de fevereiro de 2020, com vigência para 12 (doze) meses. Os repasses foram feitos nos valores de R\$40 milhões na data da assinatura e R\$50 milhões no dia seguinte, totalizando R\$90 milhões, que equivalem ao limite estabelecido.

Os juros remuneratórios da operação são correspondentes a 96,75% do CDI ao ano, da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3. Até 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos R\$1,83 milhões de juros remuneratórios.

A movimentação no resultado do exercício é:

Descrição	Custos e Despesas Operacionais			Receita	
	Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	Pessoal	Consumo de Energia Elétrica	Receita Financeira	Receita de Suprimento
Celesc Distribuição S.A.	2.409	14.323	-	5.652	2.987
Saldo em 31.12.2019	2.409	14.323	-	5.652	2.987
Celesc Distribuição S.A.	2.459	14.200	29	1.832	3.407
Saldo em 31.12.2020	2.459	14.200	29	1.832	3.407

13. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Os investimentos em Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Rondinha Energética S.A.	14.533	13.233
Cia Energética Rio das Flores S.A.	12.793	13.515
Xavantina Energética S.A.	10.186	9.889
Garça Branca S.A.	18.195	18.244
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	23.209	6.134
Ágio na Aquisição de Investimentos	282	282
Total	79.198	61.297

a) Informações sobre Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A estrutura societária formada com parcerias é a seguinte:

Descrição	Ações da Companhia	Participação da Companhia		Total de Ativos	Total de Passivos	Patrimônio Líquido Ajustado	Receita Operacional Líquida	Lucro (Prejuízo) Ajustado
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante					
Saldo em 31.12.2019								
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	56.973	14.756	42.217	10.328	1.016
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	64.164	11.554	52.610	11.565	7.230
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	38.264	13.542	24.722	9.330	(95)
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	63.842	27.059	36.783	5.218	(1.008)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	1.585.189	1.523.846	61.343	668.900	32.028
Saldo em 31.12.2020								
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	54.652	9.936	44.716	10.223	2.712
Cia Energética Rio das Flores	8.035	26,07%	26,07%	59.662	9.819	49.843	12.185	7.775
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	38.065	12.601	25.464	10.305	736
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	62.655	25.672	36.983	4.454	(719)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	1.784.077	1.551.985	232.092	452.661	74.871

b) Movimentação de Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Descrição	Rondinha	Rio das Flores	Xavantina	Garça Branca	EDP Transmissão	Total
Saldo em 31.12.2018	13.390	12.215	9.727	17.765	2.936	56.033
Integralizações	-	-	200	1.276	-	1.476
Dividendos Recebidos	(487)	(262)	-	-	89	(660)
Resultado de Equivalência Patrimonial	330	1.844	(38)	(797)	3.109	4.448
Saldo em 31.12.2019	13.233	13.797	9.889	18.244	6.134	61.297
Integralizações	-	-	-	363	10.000	10.363
Dividendos Recebidos	487	(2.998)	-	-	-	(2.511)
Resultado de Equivalência Patrimonial	813	2.276	297	(412)	7.075	10.049
Saldo em 31.12.2020	14.533	13.075	10.186	18.195	23.209	79.198

c) Ágio na Aquisição de Investimentos

O saldo de ágio na aquisição dos investimentos refere-se à SPE Rio das Flores no valor de R\$282 mil.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

As composições do imobilizado em serviço e do ativo imobilizado em curso estão apresentadas a seguir:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto	Adições A	Baixas B	Transferências C	Valor Bruto	Adições Líquidas A-B+C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
	31.12.2019				31.12.2020			31.12.2020	31.12.2019
Geração	202.805	-	-	944	203.749	944	(76.451)	127.298	131.071
Terrenos	455	-	-	-	455	-	(226)	229	229
Reservatórios, Barragens e Adutoras	18.841	-	-	-	18.841	-	(14.240)	4.601	4.768
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	45.438	-	-	-	45.438	-	(14.260)	31.178	32.021
Máquinas e Equipamentos	137.798	-	-	944	138.742	944	(47.477)	91.265	94.017
Veículos	70	-	-	-	70	-	(61)	9	18
Móveis e Utensílios	203	-	-	-	203	-	(187)	16	18
Administração	1.990	-	(129)	470	2.331	341	(1.572)	759	461
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	401	-	-	-	401	-	(401)	-	-
Máquinas e Equipamentos	126	-	-	6	132	6	(81)	51	48
Veículos	1.358	-	(129)	464	1.693	335	(1.024)	669	367
Móveis e Utensílios	105	-	-	-	105	-	(66)	39	46
Totais	204.795	-	(129)	1.414	206.080	1.285	(78.023)	128.057	131.532

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto 31.12.2019	Adições A	Baixas B	Transferências C	Valor Bruto 31.12.2020	Adições Líquidas A-B+C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31.12.2020	Valor Líquido 31.12.2019
Geração	33.664	30.440	(3)	(1.411)	62.690	29.026	-	62.690	33.664
Máquinas e Equipamentos	17.043	22.456	(3)	(931)	38.565	21.522	-	38.565	17.043
Reservatórios, Barragens e Adutoras	368	7.984	-	-	8.352	7.984	-	8.352	368
Outros	16.253	-	-	(480)	15.773	(480)	-	15.773	16.253
Administração	336	-	-	(3)	333	(3)	-	333	336
Máquinas e Equipamentos	80	-	-	(3)	77	(3)	-	77	80
Outros	256	-	-	-	256	-	-	256	256
Totais	34.000	30.440	(3)	(1.414)	63.023	29.023	-	63.023	34.000

Ativo Imobilizado Total	Valor Bruto 31.12.2019	Adições A	Baixas B	Transferências C	Valor Bruto 31.12.2020	Adições Líquidas A-B+C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31.12.2020	Valor Líquido 31.12.2019
Ativo Imobilizado em Serviço	204.795	-	(129)	1.414	206.080	1.285	(78.023)	128.057	131.532
Ativo Imobilizado em Curso	34.000	30.440	(3)	(1.414)	63.023	29.023	-	63.023	34.000
Totais	238.795	30.440	(132)	-	269.103	30.308	(78.023)	191.080	165.532

A composição do intangível está apresentada a seguir:

Ativo Intangível em Serviço	Valor Bruto 31.12.2019	Adições A	Baixas B	Transferências C	Valor Bruto 31.12.2020	Adições Líquidas A-B+C	Amortização Acumulada	Valor Líquido 31.12.2020	Valor Líquido 31.12.2019
Geração	228.630	-	-	-	228.630	-	(32.785)	195.845	203.463
Servidões	70	-	-	-	70	-	-	70	70
Outros	228.560	-	-	-	228.560	-	(32.785)	195.775	203.393
Administração	6.495	-	-	909	7.404	909	(6.572)	832	754
Softwares	6.495	-	-	909	7.404	909	(6.572)	832	754
Totais	235.125	-	-	909	236.034	909	(39.357)	196.677	204.217

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto 31.12.2019	Adições A	Baixas B	Transferências C	Valor Bruto 31.12.2020	Adições Líquidas A-B+C	Amortização Acumulada	Valor Líquido 31.12.2020	Valor Líquido 31.12.2019
Administração	1.791	618	-	(909)	1.500	(291)	-	1.500	1.791
Softwares	1.791	618	-	(909)	1.500	(291)	-	1.500	1.791
Totais	1.791	618	-	(909)	1.500	(291)	-	1.500	1.791

Ativo Intangível Total	Valor Bruto 31.12.2019	Adições A	Baixas B	Transferências C	Valor Bruto 31.12.2020	Adições Líquidas A-B+C	Amortização Acumulada	Valor Líquido 31.12.2020	Valor Líquido 31.12.2019
Ativo Intangível em Serviço	235.125	-	-	909	236.034	909	(39.357)	196.677	204.217
Ativo Intangível em Curso	1.791	618	-	(909)	1.500	(291)	-	1.500	1.791
Totais	236.916	618	-	-	237.534	618	(39.357)	198.177	206.008

Ativo Imobilizado	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	31.12.2020		31.12.2019	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço		206.080	(78.023)	128.057	131.532
Geração		203.749	(76.451)	127.298	131.071
Custo Histórico	2,91%	203.749	(76.451)	127.298	131.071
Administração		2.331	(1.572)	759	461
Custo Histórico	11,69%	2.331	(1.572)	759	461
Em Curso		63.023	-	63.023	34.000
Geração	0,00%	62.690	-	62.690	33.664
Administração	0,00%	333	-	333	336
Totais		269.103	(78.023)	191.080	165.532

A composição das adições do exercício ao Imobilizado em Curso, por tipo de gastos capitalizado, está apresentada a seguir:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Materiais e Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Reservatórios, Barragens e Adutoras	93	7.891	7.984
Máquinas e Equipamentos	12.817	9.639	22.456
Totais	12.910	17.530	30.440

As principais taxas anuais de depreciação, por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674, de 2016, são as seguintes:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação
Geração	
Equipamentos Gerais	6,25%
Equipamentos da Tomada d'Água	3,70%
Estruturas da Tomada d'Água	2,86%
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,00%
Turbinas Hidráulicas	2,50%
Administração Central	
Equipamentos Gerais de Informática	16,67%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração de energia elétrica são vinculados ao serviço, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Pelo critério de valor, as dez principais transferências ao imobilizado em serviço, no exercício, foram:

Descrição do Bem	Valor
1. Tubo sucção UG4 da Usina Salto	834
2. Atualização software - SIG Gestão Ambiental	585
3. Software - SIG Gestão Ambiental	324
4. Veículo Ford Pickup cabine dupla 4x4 19/20	104
5. Veículo Ford Pickup cabine dupla 4x4 19/20	104
6. Veículo Ford Pickup cabine dupla 4x4 19/20	104
7. Motor - Veículo utilitário (SUV) - 4x2	75
8. Motor - Ranger branca - Ano-Mod 19/20	26
9. Motor - Ranger branca - Ano-Mod 19/20	26
10. Motor - Ranger branca - Ano-Mod 19/20	26

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$27,1 milhões foram gastos com equipamentos hidromecânicos, turbinas, geradores, projeto civil, ambiental, elétrico e mecânico, mobilização e canteiro de obras, fabricação do elevador da Usina Celso Ramos; R\$1,8 milhões foram aplicados na turbina hidráulica, módulo ethercat e manutenção do rotor da Usina Salto; R\$744 mil referem-se ao serviço de desenvolvimento de *software* e *drone* com câmera integrada para a Adm. Central; R\$414 mil foram alocados na reforma do gerador 02, barco de alumínio, esteira e guia porta cabos, sensor de pressão submersível, poste e portão da Usina Pery; R\$381 mil foram aplicados no cabo de aço, sistema de exaustão, serviço de manutenção eletromecânica, automação da Usina Rio dos Cedros; R\$203 mil foram alocados no serviço de engenharia consultiva da Usina Caveiras; R\$172 mil referem-se a cabos de força da UG-01, serviço de manutenção eletromecânica e sonda de pressão hidrostática da Usina Bracinho e R\$84 mil foram alocados em cabo de aço, módulo Pam IHM, bateria estacionária, poste e portão da Usina Palmeiras.

Também considerando o critério de valor, as principais baixas do imobilizado em serviço, no exercício, foram:

Descrição do Bem	Valor
1 - Jipe Flex Pajero TR4 - Administração Central	69
2 - Camionete VW Saveiro 1.6 - Administração Central	35
3 - Uno Mille Flex - Fiat Way Econômico - Administração Central	24

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação, em 31 de dezembro de 2020, estão apresentados a seguir:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Reservatórios, Barragens e Adutoras	12.287	12.287
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.533	8.533
Máquinas e Equipamentos	20.940	20.891
Outros	919	1.048
Totais	42.679	42.759

15. FORNECEDORES

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Encargos de Uso da Rede Elétrica	245	233
Materiais e Serviços	7.285	6.876
Totais	7.530	7.109

16. TRIBUTOS

16.1. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
IRPJ	9.790	7.537
CSLL	3.292	2.715
IRRF Juros s/ Capital Próprio - JCP	3.626	2.040
Total a Recolher	16.708	12.292
(-) Tributos a Compensar	(223)	(635)
Tributos Líquidos	16.485	11.657

16.2. Outros Tributos

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
ICMS	59	17
PIS e Cofins	1.139	926
Outros	228	461
Total a Recolher	1.426	1.404
(-) Tributos a Compensar	(3.755)	(1.938)
Tributos Líquidos	(2.329)	(534)

17. ENCARGOS SETORIAIS

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH (i)	232	153
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE (ii)	108	23
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (iii)	3.629	3.141
Total	3.969	3.317
Circulante	1.249	965
Não Circulante	2.720	2.352

(i) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em duodécimos.

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O encargo foi criado pela Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e seus recursos são destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela ANEEL. O P&D é calculado com base em 1% de sua receita operacional líquida.

18. DEBÊNTURES

18.1. Debêntures 2018

Em 1º de junho de 2018, a Celesc G emitiu, 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não atualizado monetariamente, totalizando R\$150 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures possuem prazo de cinco anos, contados da data de sua emissão, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% a.a., até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva. Até 31 de dezembro de 2020, foram pagos R\$24,8 milhões de remuneração e R\$61,8 milhões de principal.

Semestralmente, a Companhia, como garantidora, e a Celesc G, como emissora, têm como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do cálculo dessas relações, respectivamente, foram de 0,92 e 0,65, cumprindo, assim, tais obrigações.

18.2. Debêntures 2020

Em 10 de dezembro de 2020, a Celesc G emitiu 37.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$37 milhões com atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures possuem prazo de dez anos, contados da data de sua emissão, e juros remuneratórios de 4,30% a.a. até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros iniciará em junho de 2021 e a amortização será iniciada em dezembro de 2023, ambos de forma semestral e consecutiva.

Anualmente, a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 3,50. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar o vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do cálculo dessa relação foi de 0,65, cumprindo, assim, tal obrigação.

a) Movimentação das Debêntures

Saldo em 31.12.2018	148.819
Encargos provisionados	11.859
Pagamentos Encargos	(12.157)
Pagamento Principal	(26.470)
Custos na Emissão de Debêntures	490
Saldo em 31.12.2019	122.541
Circulante	35.489
Não Circulante	87.052
Ingressos	35.659
Encargos provisionados	5.699
Pagamentos Encargos	(6.064)
Pagamento Principal	(35.295)
Custos na Emissão de Debêntures	490
Juros s/ Obras em andamento	206
Saldo em 31.12.2020	123.236
Circulante	35.034
Não Circulante	88.202

b) Abertura dos Passivos Financeiros

Instituição / Linha Credora	Juros Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal e Juros Longo Prazo	Saldo Total	Cronograma de Amortização do Longo Prazo						
					2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total
Financiamentos / Empréstimos Moeda Nacional	364	34.670	88.202	123.236	34.670	19.786	4.819	4.820	4.820	19.287	88.202
Debêntures	364	34.670	88.202	123.236	34.670	19.786	4.819	4.820	4.820	19.287	88.202
Total por Dívida	364	34.670	88.202	123.236	34.670	19.786	4.819	4.820	4.820	19.287	88.202
Financiamentos / Empréstimos Moeda Nacional	364	34.670	88.202	123.236	34.670	19.786	4.819	4.820	4.820	19.287	88.202

c) Abertura dos Ativos Financeiros

Instituição / Linha Devedora	Juros Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal e Juros Longo Prazo	Saldo Total	Cronograma de Amortização do Longo Prazo						
					2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total
Ativos Financeiros	-	54.668	91.832	146.500	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	54.668	-	54.668	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	54.668	-	54.668	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	91.832	91.832	-	-	-	-	-	-	-
Celesc Distribuição S.A.	-	-	91.832	91.832	-	-	-	-	-	-	-

d) Composição do Endividamento e da Dívida Líquida

Descrição	Juros Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal e Juros Longo Prazo	31.12.2020	31.12.2019
(+) Dívida Bruta	364	34.670	88.202	123.236	122.541
Financiamentos / Empréstimos Moeda Nacional	364	34.670	88.202	123.236	122.541
(-) Ativos Financeiros	-	(54.668)	(91.832)	(146.500)	(137.640)
Alta Liquidez	-	(54.668)	-	(54.668)	(137.640)
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	(91.832)	(91.832)	-
(+) Dívida Líquida I	364	(19.998)	(3.630)	(23.264)	(15.099)
(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida II	364	(19.998)	(3.630)	(23.264)	(15.099)

19. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Celesc G que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

Descrição	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Totais
Saldo em 31.12.2019	520	698	-	1.218
Constituição	-	-	4	4
Ganhos de Causa / Ajustes de Probabilidades	(360)	(372)	-	(732)
Saldo em 31.12.2020	160	326	4	490
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	160	326	4	490

A Celesc G é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, regulatórios e tributários em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados à disposição da Celesc G e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

b) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, dentre outros, ações para constituição de faixa de servidão administrativa, tendo em vista a necessidade de ordem judicial de emissão de posse da Celesc G.

c) Contingências Tributárias

Refere-se à contingência de ordem tributária na esfera municipal, associada à notificação fiscal expedida pela Prefeitura de Joinville, cobrando supostos débitos de IPTU.

c) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

As contingências passivas trabalhistas estão relacionadas a processos movidos por empregados e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras. O processo mais relevante, com estimativa de perda no montante de R\$720 mil, refere-se à interposição da Ação de Indenização por Danos Morais, relacionado a empregado de empresa prestadora de serviço subcontratada pela Celesc G as obras de ampliação da Usina Pery.

Constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc G discute com agentes setoriais (CCEE) matérias associadas às medidas liminares acerca do GSF em processos onde a Celesc G recorreu na esfera judicial.

A tabela a seguir demonstra a composição e estimativa dos valores de perdas possíveis:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	825	863
Cíveis	200	-
Regulatórias	18.703	16.741
Totais	19.728	17.604

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, da Celesc G é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), em 31 de dezembro de 2020, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões, duzentos e oito mil e setecentos e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

Em 10 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a proposta de alteração do Estatuto Social da Celesc G, aumentando o valor do Capital Social Autorizado e Integralizado para R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais),

A integralização será realizada com a incorporação de parte das Reservas de Retenção de Lucros de anos anteriores, sem qualquer emissão de novas ações.

Seguindo o rito natural deste ato societário, a proposta deverá ser apreciada em Assembleia de Acionistas em sua reunião Ordinária e Extraordinária a se realizar no corrente ano.

Acionistas	Ordinárias Nominativas	%	Totais	%
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	43.209	100%	43.209	100%
Totais	43.209	100%	43.209	100%

20.2 Reserva Legal e de Retenção de Lucros

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Reserva Legal	21.700	17.604
Reserva de Retenção de Lucros	217.833	179.914
Totais	239.533	197.518

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Celesc G, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

20.3 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de dividendos para o Exercício de 2020 é de 30%, conforme definido pela Política de Distribuição de Dividendos da Celesc G, observadas suas limitações.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido Societário	81.909	74.262
(-) Constituição de Reserva Legal	(4.096)	(3.713)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	77.813	70.549
Dividendos Propostos (Pay-out praticado 30%)	23.344	21.164
JCP (Líquido)	20.546	11.557
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	-	6.080
Total de Dividendos e JCP Mínimos Obrigatórios	20.546	17.637
Dividendos Complementares à Disposição da AGO (5%)	2.798	3.527
Total de Dividendos e JCP do Exercício	23.344	21.164

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos e JCP a Distribuir do Exercício (25%)	20.546	17.637
Dividendos a Distribuir do Exercício Anterior (5%)	3.527	2.434
Total dos Dividendos do Exercício	24.073	20.071

21. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Valor Segurado(i)
Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	24.272
Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	12.136
Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	12.136
Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2020 a 08.08.2021	24.272
Seguro Garantia	Garantia de Aproveitamento Hidrelétrico da US Caveiras	25.11.2020 a 25.11.2022	307

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

22. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Industrial	8	8	128.964	103.898	27.782	22.120
Comercial, Serviços e Outros	1	1	45.065	52.809	7.472	8.359
Total do Fornecimento	9	9	174.029	156.707	35.254	30.479
Suprimento	58	55	453.977	492.076	101.073	105.505
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	42.543	43.613	23.470	18.735
Total	67	64	670.549	692.396	159.797	154.719

(i) Informações não auditadas.

23. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA- CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Outorgada efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	MWh (i)		Valor	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Valores Comercializados	42.543	43.613	23.470	18.735

(i) Informações não auditadas.

23.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Contratos bilaterais	20.937	21.765
PIS / COFINS	(1.936)	(2.013)
Total	19.001	19.752

(i) Informações não Auditadas

24. PESSOAL E ADMINISTRADORES

A Celesc Geração não possui pessoal próprio. O pessoal à disposição da concessionária é cedido pela Celesc Distribuição, que conta, também, com pessoal compartilhado pelas duas companhias. O custo com pessoal no ano de 2020 foi de R\$14.200 e no ano de 2019 foi de R\$14.323.

Conforme regimenta o Estatuto Social da Celesc G, a estrutura e a composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria Executiva, serão constituídos, obrigatoriamente, pelos membros efetivos e suplentes da controladora Celesc, sendo vedada a remuneração destes membros pela Celesc G. Dessa forma, não houve remuneração aos administradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Receitas Financeiras	3.357	9.586
Renda de Aplicação Financeira	1.601	4.136
Juros do Contrato de Mútuo	1.832	5.652
Multas Contratuais	80	220
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	4	32
Outras Receitas Financeiras	(160)	(454)
Despesas Financeiras	(6.421)	(12.557)
Juros s/ as Debêntures	(5.699)	(11.859)
Juros s/ Capital Próprio – JCP	(24.172)	(13.597)
Reversão de Juros s/ Capital Próprio – JCP	24.172	13.597
Custos na Emissão de Debêntures	(490)	(490)
Atualização do P&D	(87)	(159)
Outras Despesas Financeiras	(145)	(49)
Resultado Financeiro	(3.064)	(2.971)

26. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	86.331	73.433
Imposto de Renda e Contribuição Social Calculados (25% e 9%)	(29.352)	(24.967)
Efeitos Fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	3.417	1.512
Juros s/ Capital Próprio - JCP	8.219	4.623
Benefício Fiscal	(179)	(212)
Incentivos Fiscais	525	603
Multas Indedutíveis	-	(26)
Outros	24	24
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	(17.346)	(18.443)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(19.132)	(18.918)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.786	475

27. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS E SOCIETÁRIAS

a) Balanço Patrimonial – BP

Abaixo são apresentadas as reconciliações das informações seguindo as práticas regulatórias com as informações seguindo as práticas societárias.

Ativo	31.12.2020			31.12.2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante	85.754	33.674	119.428	156.628	32.597	189.225
Caixa e Equivalentes de Caixa	54.668	-	54.668	137.640	-	137.640
Consumidores	2.941	-	2.941	2.536	-	2.536
Concessionárias e Permissionárias	26.786	-	26.786	15.580	-	15.580
Tributos Compensáveis	223	-	223	635	-	635
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	-	33.674	33.674	-	32.597	32.597
Almoxarifado Operacional	92	-	92	102	-	102
Adiantamento a Fornecedores	918	-	918	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	126	-	126	135	-	135
Não Circulante	581.838	67.451	649.289	461.288	50.731	512.019
Tributos Compensáveis	3.755	-	3.755	1.938	-	1.938
Depósitos Judiciais e Cauções	353	-	353	369	-	369
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	-	267.913	267.913	-	258.113	258.113
Mútuos	91.832	-	91.832	-	-	-
Tributos Diferidos	15.020	(15.020)	-	13.235	(13.235)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	10.000	-	10.000
Outros Ativos Não Circulantes	2.423	-	2.423	2.909	-	2.909
Bens e Atividades Não Vinc. à Concessão Serv. Públ. Energia Elétrica	79.198	-	79.198	61.297	-	61.297
Imobilizado	191.080	10.333	201.413	165.532	9.246	174.778
Intangível	198.177	(195.775)	2.402	206.008	(203.393)	2.615
Total do Ativo	667.592	101.125	768.717	617.916	83.328	701.244

Passivo	31.12.2020			31.12.2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante	83.849	-	83.849	76.249	-	76.249
Fornecedores	7.530	-	7.530	7.109	-	7.109
Debêntures	35.034	-	35.034	35.489	-	35.489
Tributos	18.134	-	18.134	13.696	-	13.696
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	20.546	-	20.546	17.637	-	17.637
Encargos Setoriais	1.249	-	1.249	965	-	965
Outros Passivos Circulantes	1.356	-	1.356	1.353	-	1.353
Não Circulante	91.412	24.469	115.881	90.622	19.596	110.218
Debêntures	88.202	-	88.202	87.052	-	87.052
Provisão para Litígios	490	-	490	1.218	-	1.218
Encargos Setoriais	2.720	-	2.720	2.352	-	2.352
Tributos Diferidos	-	24.469	24.469	-	19.596	19.596
Patrimônio Líquido	492.331	76.656	568.987	451.045	63.732	514.777
Capital Social	250.000	-	250.000	250.000	-	250.000
Outros Resultados Abrangentes	-	14.589	14.589	-	15.153	15.153
Reservas de Lucros	239.533	62.067	301.600	197.518	48.579	246.097
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	2.798	-	2.798	3.527	-	3.527
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	667.592	101.125	768.717	617.916	83.328	701.244

b) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Abaixo são apresentadas as reconciliações das informações seguindo as práticas regulatórias com as informações seguindo as práticas societárias.

Descrição	31.12.2020			31.12.2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	159.797	10.877	170.674	154.719	9.692	164.411
Fornecimento de Energia Elétrica	35.254	-	35.254	30.479	-	30.479
Suprimento de Energia Elétrica	101.073	(34.693)	66.380	105.505	(33.769)	71.736
Energia Elétrica de Curto Prazo	23.470	-	23.470	18.735	-	18.735
Receita Financeira – Bonificação de Outorga	-	45.570	45.570	-	43.461	43.461
Tributos	(13.825)	-	(13.825)	(13.607)	-	(13.607)
PIS-Pasep	(2.466)	-	(2.466)	(2.427)	-	(2.427)
Cofins	(11.359)	-	(11.359)	(11.180)	-	(11.180)
Encargos – Parcela A	(4.010)	-	(4.010)	(2.196)	-	(2.196)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(952)	-	(952)	(891)	-	(891)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(2.267)	-	(2.267)	(1.028)	-	(1.028)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(791)	-	(791)	(277)	-	(277)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	141.962	10.877	152.839	138.916	9.692	148.608
Custos Não Gerenciáveis – Parcela A	(21.460)	-	(21.460)	(22.161)	-	(22.161)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(19.001)	-	(19.001)	(19.752)	-	(19.752)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(2.459)	-	(2.459)	(2.409)	-	(2.409)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	120.502	10.877	131.379	116.755	9.692	126.447
Custos Gerenciáveis – Parcela B	(41.156)	8.706	(32.450)	(44.799)	19.508	(25.291)
Pessoal e Administradores	(14.200)	-	(14.200)	(14.323)	-	(14.323)
Material	(483)	-	(483)	(372)	-	(372)
Serviços de Terceiros	(8.100)	-	(8.100)	(9.845)	-	(9.845)
Arrendamento e Aluguéis	(287)	-	(287)	(411)	-	(411)
Seguros	(222)	-	(222)	(230)	-	(230)
Doações, Contribuições e Subvenções	(525)	-	(525)	(624)	-	(624)
Provisões Líquidas	(4.168)	1.403	(2.765)	(4.098)	11.711	7.613
Ganho na Alienação de Bens e Direitos	58	-	58	-	-	-
Recuperação de Despesas	-	-	-	238	-	238
Tributos	110	-	110	33	-	33
Depreciação e Amortização	(13.339)	7.303	(6.036)	(13.147)	7.799	(5.348)
Gastos Diversos	-	-	-	(2.020)	(2)	(2.022)
Resultado da Atividade	79.346	19.583	98.929	71.956	29.200	101.156
Equivalência Patrimonial	10.049	-	10.049	4.448	-	4.448
Resultado Financeiro	(3.064)	-	(3.064)	(2.971)	-	(2.971)
Receitas Financeiras	3.357	-	3.357	9.586	-	9.586
Despesas Financeiras	(6.421)	-	(6.421)	(12.557)	-	(12.557)
Resultado Antes do Imposto sobre o Lucro	86.331	19.583	105.914	73.433	29.200	102.633
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(17.346)	(6.659)	(24.005)	(18.443)	(9.928)	(28.371)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	68.985	12.924	81.909	54.990	19.272	74.262
Resultado Líquido do Exercício	68.985	12.924	81.909	54.990	19.272	74.262
Atribuível aos Acionistas Controladores	68.985	12.924	81.909	54.990	19.272	74.262

27.1. Bonificação de Outorga

27.1.1. Ativo Financeiro e Intangível

O valor da Bonificação de Outorga foi reconhecido na Contabilidade Societária como um Ativo Financeiro, em atendimento ao disposto no ICPC 01 – Contratos de Concessão, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. O saldo do ativo financeiro das concessões é calculado deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória nº 2.746, de 28 de julho de 2020; somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR); e somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de concessão.

Todavia, para fins de Contabilidade Regulatória, tais práticas não são adotadas e o montante de Bonificação de Outorga foi contabilizado como Ativo Intangível, conforme definido no Despacho de Encerramento ANEEL nº 245/2016, sendo amortizado até o prazo final de concessão das cinco Usinas adquiridas no Leilão nº 12/2015.

27.1.2. Remuneração do Ativo Financeiro

Por ser classificado como Ativo Financeiro na Contabilidade Societária, devem ser reconhecidas as receitas dos juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR) e da atualização monetária pelo IPCA, conforme estabelecido pelo Contrato de Concessão, para que o montante a ser recebido pelo RBO esteja mensurado pelo valor justo.

Todavia, para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não podem ser adotadas, por ser considerado como um ativo intangível amortizado.

27.2. Imobilizado

27.2.1. Adoção Inicial às Normas Internacionais

Conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, foi reconhecido o ajuste do valor justo do Ativo Imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs em 1º de janeiro de 2009. A contrapartida do referido ajuste líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foi reconhecida na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Dessa forma, o valor do Ativo Imobilizado apresentado na Contabilidade Societária passou a ser maior do que o saldo da Contabilidade Regulatória. Essa rubrica é realizada contra a conta de Reserva de Retenção de Lucros na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do Ativo Imobilizado é reconhecida no resultado.

27.2.2. Teste de Recuperabilidade – *Impairment Test*

Conforme requerido no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Celesc G avalia anualmente se há alguma indicação de que um Ativo Imobilizado possa ter sofrido desvalorização, reconhecendo a provisão para redução ao valor recuperável do Ativo Imobilizado apenas na Contabilidade Societária.

Por outro lado, conforme estabelecido no MCSE, deverá ser constituída provisão para ajuste contábil do Ativo Imobilizado, na Contabilidade Regulatória, somente quando o valor recuperável do ativo for menor que o valor contábil e desde que esta redução seja considerada permanente e mediante prévia anuência do Órgão Regulador.

27.2.3. Depreciação

Conforme descrito no OCPC 05 - Contratos de Concessão, a depreciação na Contabilidade Societária deve estar baseada na premissa de que os bens devem ser depreciados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor.

Já a regulamentação para a Contabilidade Regulatória define que as taxas anuais dos bens vinculados à concessão. Exceto, nos casos de não indenização dos bens ao final da concessão, que devem ser depreciados de acordo com o prazo de concessão.

Ainda, em decorrência de diferenças de valor do imobilizado societário e regulatório ocasionadas pela adoção do custo atribuído e pelo teste de recuperabilidade dos ativos, a despesa de depreciação entre as Contabilidades Societária e Regulatória são distintas.

27.3. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são decorrentes das diferenças:

a) Do saldo de imobilizado, calculados sobre o ajuste ao valor justo da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado, como resultado do *Impairment Test* do Parque Gerador da Celesc G;

b) Da receita financeira de Bonificação de Outorga, que tem sua tributação calculada em conformidade com o artigo 168 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

27.4. Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

Descrição	NE	31.12.2020	31.12.2019
Saldos no Início do Exercício (Societário)		568.987	514.777
Efeito dos Ajustes entre Contabilidade Societária versus Regulatória			
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Deemed Cost - Custo Histórico	27.2.1	(226.473)	(226.473)
Depreciação Acumulada Deemed Cost	27.2.3	204.369	203.514
Depreciação Acumulada da Provisão de Impairment Test	27.2.3	(18.949)	(18.410)
Saldo de Provisão de Impairment Test	27.2.2	30.719	32.122
Receita Bonificação de Outorga	27.1.2	(73.027)	(62.150)
Amortização Acumulada de Bonificação de Outorga Regulatória	27.1.1	(32.786)	(25.167)
Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis	27.3	39.491	32.832
Saldos no Fim do Exercício (Regulatório)		492.331	451.045

27.5. Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

Descrição	NE	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido Societário		81.909	74.262
Efeito dos Ajustes entre Contabilidade Societária versus Regulatória			
Receita Bonificação de Outorga	27.1.2	(10.877)	(9.692)
Despesa de Depreciação Deemed Cost	27.2.3	855	858
Despesa de Depreciação Impairment Test	27.2.3	(539)	(1.037)
Despesa Amortização Bonificação de Outorga	27.1.1	(7.619)	(7.620)
Perda/Reversão por Recuperabilidade do Ativo – Impairment Test	27.2.2	(1.403)	(11.711)
Baixa de Ativo com Saldo de Impairment Test	27.2.1	-	22
Baixa de Ativo com Saldo de Deemed Cost	27.2.1	-	(20)
Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis	27.3	6.659	9.928
Lucro Líquido Regulatório		68.985	54.990

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Cálculos da Compensação de Repactuação do GSF

No dia 04 de março de 2021 a CCEE, em webinar, apresentou os cálculos da compensação de repactuação do GSF e as extensões das outorgas das usinas que aderirem à repactuação do risco hidrológico no ACL.

Na Celesc G os cálculos apresentados pela CCEE, aferem às usinas contempladas, os seguintes prazos de extensão de concessão:

Nome da Usina	Extensão do Prazo de Concessão (Dias) EXT_UHE (Usina)	Margem Líquida da Usina (R\$/MWh) ML_UHE (Usina)	Valor Futuro do Impacto Financeiro (R\$) VF_IPT_UHE (Usina)	Impacto Financeiro (R\$) IPT_UHE (Usina)	Data Fim de Concessão (Usina)	Número de Anos até o Fim da Concessão (Anos) NAUHE (Usina)	Meses
UHE GARCIA	214,9052	5.958.085,30	3.260.178,24	324.445,58	05/01/2046	25,096774	7,1635
UHE BRACINHO	232,6780	7.401.989,76	4.375.507,24	403.025,38	08/11/2046	25,938172	7,7559
UHE CEDROS	232,7055	5.677.662,60	3.356.599,16	309.174,36	08/11/2046	25,938172	7,7569
PCH CELSO RAMOS	1.530,6463	3.196.026,09	10.617.891,92	2.848.936,20	22/03/2035	14,30914	51,0215
UHE PALMEIRAS	232,6781	14.046.957,84	8.303.524,47	764.832,72	08/11/2046	25,938172	7,7559
UHE SALTO	232,7059	3.356.129,45	1.984.125,56	182.756,63	08/11/2046	25,938172	7,7569

A ANEEL tem o prazo de 30 dias para analisar e homologar os cálculos, a partir daí as geradoras tem o prazo de 60 dias para desistência e renúncia de ações judiciais e pedido para extensão do prazo de outorga.

Cleicio Poleto Martins

Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Rogéria Rodrigues Machado

Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A. – Celesc G, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opina que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação do Órgão Regulador.

Florianópolis (SC), 14 de abril de 2021.

DocuSigned by:

Luiz Felipe Ferreira

D6405C42CA5F452...

Luiz Felipe Ferreira

Presidente

DocuSigned by:

Márcio Ferreira

C5ED8AE2E64D419...

Márcio Ferreira

DocuSigned by:

Ilana Luiza Ferreira Marujo

88020243F80640B...

Ilana Luiza Ferreira Marujo

DocuSigned by:

Leandro Carron Rigamonte

FE4AD91B30C54D1...

Leandro Carron Rigamonte

DocuSigned by:

PAULO CAIO FERRAZ DE SAMPAIO

3406D0A0A64B4B4...

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Celesc Geração S.A.

***Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Celesc Geração S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Celesc Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

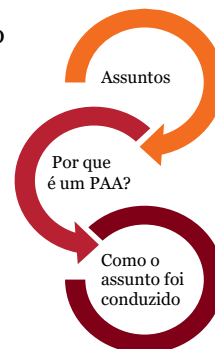
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico -MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -Notas nº 27.2.2 e nº 14	
Em 31 de dezembro de 2020, os ativos da Companhia incluíam ativos imobilizados no montante de R\$ 191.080 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda. A avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados é suportada por análises de indicadores e estimativas de projeções futuras de fluxos de caixas que levam em consideração os planos de negócios, orçamentos e projeções preparados pela Companhia e aprovados por órgãos de governança. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e pelo impacto que eventuais alterações das premissas no período de projeção, poderia gerar nos valores recuperáveis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre alocação dos ativos imobilizados às unidades geradoras de caixa (UGC); (ii) envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para apoiar na análise das premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto, projeções das receitas, custos e despesas no período de projeção para determinação dos fluxos de caixa descontados; (iii) avaliação da consistência dos cálculos, comparando-os com o desempenho efetivo e com previsões anteriores; e (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram todas as informações relevantes. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 12 de março de 2021.

Celesc Geração S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico -MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Celesc Geração S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

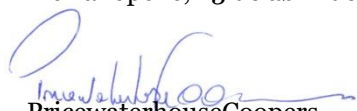
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Celesc Geração S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 23 de abril de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP 236051/O-7